

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.
CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DO ESPÍRITO SANTO

PLANEJAMENTO REGIONAL
REGIÃO 3 - NOVA VENÉCIA
VOL. 2 - PLANO REGIONAL
VERSÃO PRELIMINAR

JJ000037
V. 2



FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PLANEJAMENTO REGIONAL
REGIÃO 3 - NOVA VENÉCIA
VOL. 2 - PLANO REGIONAL
VERSÃO PRELIMINAR

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.
CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DO ESPÍRITO SANTO
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PLANEJAMENTO REGIONAL
REGIÃO 3 - NOVA VENÉCIA
VOL. 2 - PLANO REGIONAL
VERSÃO PRELIMINAR

MARÇO/80

GOVERNO DO ESTADO

Eurico Vieira de Rezende

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Arlindo Villaschi Filho

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Adhemar Musso Leal

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Francisco Lobo Junger

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Stélio Dias

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Marcilio Toledo Machado

CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DO ESPÍRITO SANTO

Carlos Augusto Guimarães Baião

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

*Sebastião José Balarini - Diretor Superintendente**Antônio Luiz Borjaille - Diretor Técnico*

COORDENADOR GERAL

Sebastião José Balarini

COORDENADORES TÉCNICOS

Carlos Alberto Feitosa Perim - FJSN

Gilson Domingos Cardoso - BANDES

Paulo Américo de Fraga Rodrigues - BANDES

Roberto da Cunha Penedo - FJSN

Vladimir Melges Walder - SEAG

EQUIPE

Antônio Helder Maria Vervloet - SEIC

Concheta Almenara Scarton - SEDU

Carmem Edy Loss Cassoti - SEPL

Edilamar Bourguignon Zanotti - SEPL

Geraldo Lavagnoli Filho - SEDU

João José Augusto - CEAG/ES

José Augusto Gava - SEIC

José Pimenta Filho - SEPL

Maria Cristina Alvarenga Taveira - FJSN

Mauro Baroni Sobrinho - FJSN

Naides Higino Brandão - SEPL

Pedro Ivo da Silva - SEPL

Taurio Lucilo Tessarolo - FJSN

Valeska Santos Miguez - SEIC

CONSULTOR ESPECIAL

Maria Adélia A. de Souza

EQUIPE DE APOIO DA FJSN

APRESENTAÇÃO

O Programa Regional, que vem sendo desenvolvido pelo Sistema Estadual de Planejamento, sob a coordenação da Fundação Jones dos Santos Neves, contando, ainda, com a participação de diversos órgãos da esfera estadual, representa um primeiro esforço sistemático no sentido de detalhar as propostas de atuação do Governo do Estado, consubstanciadas no documento *Diretrizes para a Ação Integrada*.

Este *Plano Regional de Nova Venécia*, ora colocado em discussão, constitui-se no primeiro resultado desse esforço, ao qual se seguirão os planos de Colatina, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória. Ele parte de um diagnóstico da Região (vol. 1 - *Estudos Básicos*), checado e discutido com as lideranças locais, levantando seus problemas e potencialidades, para chegar aos objetivos a serem alcançados, com uma série de intervenções propostas sob a forma de programas de ação.

Da discussão deste trabalho, e longe da pretensão de esgotar-se o assunto, espera-se chegar a uma ordem de prioridade, permitindo um detalhamento dos principais programas propostos, com o intuito de oferecer mecanismos de apoio à intervenção governamental.

LISTA DE MAPAS E QUADROS

MAPAS

- . MAPA I - SITUAÇÃO ATUAL DEMOGRÁFICA
- . MAPA II - SITUAÇÃO ATUAL DE USO DO SOLO
- . MAPA III - EXPLORAÇÕES PREDOMINANTES
- . MAPA IV - POLARIZAÇÃO
- . MAPA V - CENÁRIO ESPONTÂNEO - PROJEÇÃO 1983

QUADROS

PÁGINA

- | | |
|--|----|
| . QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA RENDA INTERNA, ESPÍRITO SANTO E BRASIL - 1970/75 | 18 |
| . QUADRO 2 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA, POR SETORES, ESPÍRITO SANTO E BRASIL - 1960/75 | 19 |
| . QUADRO 3 - REGIÃO DE NOVA VENÉCIA - MATRIZ DE SITUAÇÃO ATUAL. | 32 |
| . QUADRO 4 - REGIÃO DE NOVA VENÉCIA - MATRIZ DE TAXAS DE <u>VA</u> RIAÇÕES ANUAIS | 40 |
| . QUADRO 5 - REGIÃO DE NOVA VENÉCIA - MATRIZ DO CENÁRIO ESPON <u>T</u> ÂNEO (PROJEÇÃO PARA 1983) | 44 |
| . QUADRO 6 - LISTAGEM DOS PROGRAMAS PROPOSTOS | 60 |
| . QUADRO 7 - INTERDEPENDÊNCIA DOS PROGRAMAS PROPOSTOS | 62 |

ÍNDICE	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	5
1. INTRODUÇÃO	9
2. MARCO DE REFERÊNCIA	12
2.1. Situação Sócio-Econômica do Espírito Santo	13
2.2. Subdivisão do Espaço Estadual	22
2.3. A Região de Nova Venécia no Contexto Estadual	26
2.4. A Realidade Regional	29
2.4.1. Situação Atual	29
2.4.2. Principais Problemas da Região	31
2.4.3. Potencialidade Regional	37
2.4.4. Tendências de Evolução	37
2.4.5. Cenário Espontâneo	39
3. PLANEJAMENTO REGIONAL	45
3.1. Objetivos	46
3.1.1. Objetivos Gerais	47
3.1.2. Objetivos Específicos	47
3.2. O Plano Regional	50
3.2.1. Consolidação da Região de Nova Venécia como <u>Unida</u> de Polarizada	51
3.2.2. Programas de Desenvolvimento Social e Econômico ..	58
- Programa de Desenvolvimento Urbano de Nova <u>Ve</u> nécia	63
- Programa Integrado de Racionalização do Uso dos Recursos Naturais e de Preservação do Meio - <u>Ambi</u> ente	65
- Programa de Comercialização de Produtos <u>Agríco</u> las	67
- Programa de Tecnificação da Pecuária Bovina	69
- Programa de Diversificação e Desenvolvimento <u>A</u> grícola	71

PÁGINA

- Programa de Implantação de Agroindústrias de Apoio a Pequenas Indústrias nos Centros Urbanos Regionais	73
- Programa de Assistência Médica-Hospitalar	75
- Programa de Reestruturação do Ensino Público .	77
- Programa Habitacional e para População de Baixa Renda	80
- Programa de Saneamento Básico	82
- Programa de Estradas Vicinais	84
- Programa de Capacitação de Mão-de-Obra Rural .	86
4. RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REGIONAL	88

1.

INTRODUÇÃO

A Região de Nova Venêcia, de povoação recente, conheceu curta fase de prosperidade devido, principalmente, à exploração da cafeeicultura, notadamente em sua porção ocidental. Com o declínio da cafeeicultura, sua ocupação se processou sobretudo pela expansão das fazendas de gado, permanecendo a bovinocultura, até hoje, como atividade agrícola predominante na Região.

Ainda não alcançada pelos modernos eixos de circulação, a Região tem permanecido à margem do crescimento experimentado por outros rincões do Estado, melhor aquinhoados pelos investimentos governamentais. Este fato tem contribuído, sobremaneira, para que a Região apresente como características predominantes, e comuns aos municípios que a integram a debilidade de seus sistemas econômicos, a grande dependência de outras Regiões e um estado geral que pode ser sintetizado no conceito de economia deprimida. Esta posição é fruto de uma estrutura caracterizada por formas tradicionais de uso do solo agrícola, pela pauta de produção agrícola pouco diversificada, pela carência de infra-estrutura sócio-econômica e urbana e pelo tipo e tamanho das poucas indústrias tradicionais existentes.

A estrutura vigente, com suas formas características de alocação de recursos, tem gerado problemas e conflitos de incompatibilidade com as necessidades da população regional, resultando em um processo continuado de esvaziamento, promovendo correntes migratórias que pressionam municípios mais dinâmicos do Estado, notadamente da Grande Vitória, além de cidades dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Os deslocamentos populacionais também ocorrem, da zona rural para as sedes municipais, provocando desequilíbrios excessivos entre a oferta e a demanda de mão-de-obra o que tem concorrido não só para uma crescente marginalização de parte considerável da população regional, como também para uma urbanização acelerada que não encontra base na própria configuração urbana da grande maioria das cidades da Região.

Visando corrigir essas distorções, o Governo do Estado tem como um de seus propósitos essenciais manifestado nas *Diretrizes para a Ação Integrada*, a Ação Regional, aqui encarada sob o aspecto de implantação de um processo de planejamento regional, onde buscará o desenvolvimento do Espírito Santo por meio de um trabalho efetivo nas diferentes regiões do Estado, tratando cada uma delas em função dos seus problemas, de suas potencialidades e de seu papel no contexto do desenvolvimento estadual. Para a Região de Nova Venécia, os produtos finais desse trabalho são: uma indicação de propostas de intervenção na Região e uma listagem de programas, recomendados de acordo com os problemas e potencialidades da Região e fruto das aspirações da comunidade regional de Nova Venécia, que deverão ser detalhados como decorrência do posicionamento do Governo do Estado ao estabelecer suas prioridades de Ação Regional.

Assim sendo, é no quadro do caráter pioneiro desse processo no Espírito Santo que este trabalho deve ser entendido e que a equipe técnica, aliás mínima, deve ser apreciada. Ainda mais, em função da própria opção metodológica, o prazo em que o trabalho foi feito deve ser considerado. Enquanto trabalhos análogos são produzidos no Brasil num tempo muito longo, o Espírito Santo vem trabalhando em planos regionais há menos de um ano, já apresentando como primeiro produto o plano de Nova Venécia.

Sacrificou-se o rigorismo científico para se ganhar no processo político. Só assim, o Plano, então, é entendido como um instrumento de Governo, na medida em que não só definirá critérios para a Administração Pública gerir os seus recursos, mas, também, conterà indicações para a iniciativa privada participar de um processo de minimização da pobreza e atenuação dos desequilíbrios regionais no Espírito Santo. Somente desta forma, a busca de unidade e identidade, propostas pelo Governo do Estado, será conseguida.

2.

MARCO DE REFERÊNCIA

2.1. SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO

O Estado do Espírito Santo, hoje uma nesga de terra à beira-mar na Região Sudeste do Brasil, consolidou, historicamente, uma posição marginal, cau datária mesmo, à economia e cultura nacional que, por sua vez, sempre se articulou de forma dependente a nível internacional (equivale dizer: pe riferia de periferia).

As dificuldades encontradas pelos primeiros colonizadores da terra capixa ba foram tantas e de tal magnitude que, por diversas vezes, o empreendi mento colonizador esteve às portas do fracasso total.

A vantagem inicial de possuir portos abrigados e de fácil defesa contra os ataques dos piratas, uma constante nos primeiros tempos, diluiu-se nas inúmeras desvantagens encontradas: planície litorânea arenosa ou pantano sa, não se prestando bem aos cultivos das espécies agrícolas introduzi das; topografia agressiva bem próxima à costa, dificultando a navegabili dade dos rios e impedindo a penetração para o interior por via pluvial; luxuriante e emaranhada floresta, foco de doenças tropicais, abrigando fe ras e os habitantes da terra que a defenderam aguerridamente do invasor estrangeiro.

Além dessas barreiras de ordem física e/ou natural, o alijamento da então Capitania do Espírito Santo do ciclo do ouro, por parte do Governo Geral que proibiu a abertura de entradas para o interior e a quintagem do ouro em Vitória (evitando expor as minas gerais e seu precioso produto à cobi ça de contrabandistas e corsários), constituiu-se em uma dificuldade adi cional, de relevante importância para a economia local.

Assim, o Espírito Santo não participou do surto desenvolvimentista dos séculos XVII e XVIII, que foram os séculos *âureos* do Brasil colonial (ampliação de posição periférica).

Por cerca de três séculos, as atividades econômicas restringiram-se à exploração madeireira (iniciada com o escambo do pau-brasil e continuada com a retirada de madeiras nobres para a construção civil e naval) e a uma insipiente produção agrícola, onde o açúcar era o principal produto de exportação.

Além da cana-de-açúcar, cultivou-se o algodão e a mandioca, culturas essas que produziam excedentes exportáveis. Os demais cultivos eram voltados para o auto-consumo de um mercado bastante restrito, formado pelos poucos habitantes das pequenas cidades litorâneas, as únicas que até então existiam.

O inexpressivo número de habitantes constituiu-se, nos primeiros tempos, em mais um óbice à ocupação das terras capixabas. No início do século XIX, a população total (índios catequizados, negros e brancos) somava a pouco mais de 20 mil habitantes. Em meados do século XIX, antes da chegada das levas de imigrantes europeus, a população total capixaba atingia a casa dos 40 mil habitantes.

A partir de meados do século passado, a situação sócio-econômica estadual sofreu profundas alterações: a chegada dos imigrantes europeus (portugueses açorianos na primeira leva, italianos na mais numerosa, alemães, austríacos, suíços, poloneses e holandeses) e a introdução e rápida expansão da cafeeicultura. Esses dois eventos possibilitaram o que não se conseguiu realizar em cerca de trezentos anos de colonização - a ocupação do interior do Estado.

Entre 1854 e 1900, chegaram no Espírito Santo cerca de 60 mil famílias de imigrantes europeus, fazendo com que a população capixaba superasse a casa dos 200 mil habitantes no início do atual século.

O ciclo do café, iniciado a nível nacional com as plantações do Rio de Janeiro e São Paulo, extravasou as fronteiras do Rio para o Espírito Santo com as frentes de imigração fluminense que buscaram no Sul do Estado e na cafeeicultura, uma alternativa para a decadente cultura da cana (que ainda sobrevivia devido ao uso abusivo do braço escravo, já não muito bem aceito pela sociedade da época).

A cafeeicultura, rapidamente, tornou-se o fator fundamental no soerguimento da economia estadual, reduzindo o seu atraso relativo e propiciando a fixação dos primeiros imigrantes europeus no interior.

A produção de café, que em 1850 atingiu a 23.350 sacos, chegou a 643.722 sacos no início do século (1902). Neste período, os imigrantes europeus e fluminenses consolidaram a colonização e ocuparam praticamente toda a área do Sul do Rio Doce.

A partir do início do atual século, principalmente com a construção da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, ocorreu a ocupação do Norte do Estado. Ainda, a economia capixaba estava atrelada à cultura do café, que suportou todo o ônus do progresso estadual, entre crises de preços e/ou de cargas.

Paralelamente à cafeeicultura, desenvolveu-se uma agricultura voltada para o auto-consumo, que foi praticamente, suficiente para o abastecimento estadual da época.

A safra máxima de café, antes do programa de erradicação dos cafezais, ocorreu em 1951, com 2.034.500 sacos. Esta safra marca, também, o apogeu do ciclo do café no Espírito Santo, pois foi na década de 50 que a economia cafeeira entrou em declínio, em virtude da forte queda dos preços internacionais, que vinham oscilando desde a crise econômica mundial de 1929.

A desarticulação total da economia cafeeira ocorreu na década de 60. A política de erradicação dos cafezais, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro do Café - IBC, encerrou o ciclo cafeeiro no Estado, iniciado há um século (consolidação da posição periférica).

O programa de erradicação reduziu em cerca de 45% a área cultivada, 27% da safra, 17% do valor bruto da produção agrícola. Desempregou 50.000 trabalhadores rurais que, com seus dependentes, totalizavam cerca de 150.000 pessoas.

Como as terras liberadas pela erradicação do café foram ocupadas, principalmente pela pecuária de corte, cuja densidade de emprego era menor que na cafeeicultura, a agricultura ficou incapacitada de absorver a grande maioria do pessoal liberado pela erradicação. Este fato originou o fluxo migratório, aumentando a pressão populacional sobre os núcleos urbanos, reduzindo, inclusive, o contingente demográfico capixaba, com substancial movimento migratório para fora do Estado.

A década de 60 ficou caracterizada, no Estado, como um período de transição econômica, onde todos os esforços foram dirigidos para o desenvolvimento do setor industrial, por intermédio da conjugação de estímulos criados e geração de poupanças canalizáveis. O resultado desses esforços começou a tomar forma no final da década de 60, e as oportunidades mais flagrantes foram rapidamente preenchidas, principalmente nos ramos agroindustriais (café solúvel, carne frigorificada, laticínios etc), verificando-se, em termos relativos, um alto grau de concentração de investimentos na Região da Grande Vitória.

O início da década de 70 foi marcado pela descoberta do Espírito Santo como localização privilegiada para grandes empreendimentos industriais, (*Grande Projetos de Impacto*) e, também pela volta do café ao cenário agrícola estadual (*Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais*).

Em linhas gerais, a evolução setorial da economia do Espírito Santo pode ser assim resumida:

Setor Agrícola – em 1950, quando se iniciava a decadência do setor agrícola, a participação do setor na renda interna do Espírito Santo atingia 50,3%, sendo que somente o café era responsável por 29,5% da formação da renda estadual. Com a erradicação dos cafezais nos anos 60, o setor cafeeiro perdeu significativamente sua participação, tanto na composição da renda agrícola como, evidentemente, da renda estadual.

A partir do início do processo de industrialização do Estado em meados de 1960, iniciava-se a perda de participação da agricultura na renda estadual. Assim, chegou-se a 1975 com uma participação de 10,7% no PIB estadual (quadro 1 e 2).

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA RENDA INTERNA, EM PERCENTAGEM, ESPÍRITO SANTO E BRASIL, 1970/75

ANOS	SETOR PRIMÁRIO		SETOR SECUNDÁRIO		SETOR TERCIÁRIO	
	E. SANTO ¹	BRASIL ²	E. SANTO ¹	BRASIL ²	E. SANTO ¹	BRASIL ²
1970	22,8	10,2	17,4	36,7	59,8	53,5
1971	18,9	10,7	19,8	36,2	61,3	53,1
1972	18,3	10,4	21,0	37,3	60,7	52,3
1973	12,9	11,0	24,5	38,1	62,6	51,0
1974	12,8	11,2	25,5	39,8	61,8	49,0
1975	10,7	10,5	26,2	39,4	63,1	50,0

Fonte: ¹CEPA/ES - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola

²FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

QUADRO 2

TAXAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA, POR SETORES, ESPÍRITO SANTO E BRASIL, 1960/75

DISCRIMINAÇÃO	TAXAS DE CRESCIMENTO (% ao ano)	
	1960/70	1970/75
ESPÍRITO SANTO		
. Agricultura	4,3	1,9
. Indústria	12,3	23,0
. Serviços	9,0	15,0
TOTAL	7,0	13,0
BRASIL		
. Agricultura	2,5	6,1
. Indústria	10,9	11,9
. Serviços	9,6	11,5
TOTAL	9,0	10,9

Fonte: SEPL - Secretaria de Estado do Planejamento.

Setor Industrial – o surto industrial capixaba surgiu como um reflexo do surto industrial brasileiro. Assim, a exemplo do ocorrido a nível nacional, o Estado do Espírito Santo vem perdendo suas características de Estado eminentemente agrícola. Em 1950, o setor industrial participava com 7,1% da renda estadual. Com a decadência do setor cafeeiro e seus reflexos negativos sobre o setor agrícola no início da década de 60, e principalmente a partir do Decreto-Lei 880/69, desencadeou-se um processo de crescimento mais acelerado do setor industrial. Verifica-se que, de 7,1% em 1950, o setor industrial passa para 17,4 em 1970, e em torno de 26,2% da renda estadual em 1975.

De acordo com os dados dos quadros 1 e 2, no período 1970/1975 constata-se que o crescimento do setor industrial capixaba foi bem mais vigoroso que o verificado para o Brasil como um todo. Nota-se, assim, o início de um processo de recuperação do, ainda, incipiente parque industrial do Espírito Santo.

Setor Serviços – a participação do setor serviços na renda capixaba, em comparação com sua participação a nível nacional, a exemplo do ocorrido com o setor industrial, vem aumentando significativamente. A partir dos dados dos quadros 1 e 2, observa-se que, enquanto para o Brasil a renda do setor serviços passava de 53,5% para 50% da renda nacional, no período 70/75, no Espírito Santo o mesmo passava de 59,8% para 63,1%, no mesmo período. Este crescimento pode ser explicado principalmente pelo dinâmico crescimento das atividades portuárias e outras atividades inerentes ao escoamento da produção no Espírito Santo.

As taxas de participação do setor indicam, pois, que nos últimos anos tem havido uma relativa desconcentração espacial das atividades terciárias no Brasil, tendo o Estado do Espírito Santo registrado uma grande melhoria em sua posição relativa.

As modificações econômicas e sociais, verificadas particularmente nos últimos 20 anos (60 e 70), geraram no Estado uma série de fenômenos, dentre os quais pode-se destacar:

- . *êxodo rural*, caracterizado pela migração de trabalhadores rurais e pequenos proprietários do campo para centros urbanos estaduais;
- . *concentração fundiária*, caracterizada pela incorporação de pequenas e médias propriedades por propriedades maiores;
- . *emigração*, para fronteiras agrícolas do Norte (Goiás, Pará, Maranhão e Amazonas) e Oeste (Mato Grosso e Rondônia) de um grande contingente de pequenos proprietários e trabalhadores rurais;
- . *estagnação econômica e social* das cidades interioranas;
- . *concentração demográfica* na Grande Vitória e em municípios litorâneos em função dos Grandes Projetos (Aracruz Celulose, Samarco, Complexo Tubarão e Capuaba);
- . *concentração dos investimentos públicos* em infra-estrutura na Grande Vitória.

2.2. SUBDIVISÃO DO ESPAÇO ESTADUAL

O processo de desenvolvimento, em seu sentido mais amplo é entendido como um processo de transformações estruturais. Sob esse prisma, a dimensão temporal está implicitamente incluída. Todavia, um outro fator de igual importância, a dimensão espacial, é geralmente negligenciada. Torna-se, então, importante insistir que o tempo e o espaço constituem dois elementos básicos constantes de raciocínio da lógica humana.

Nesse contexto, a análise do modelo de ocupação do território e do estágio atual de desenvolvimento estadual tornaram relevante uma reavaliação da estrutura espacial predominante, com o objetivo de melhorar os resultados do planejamento das atividades do setor público, e, por conseguinte, ampliar o rendimento das ações governamentais, sejam elas diretamente responsáveis ou indutoras de alterações do quadro sócio-econômico estadual. Assim, a regionalização, subdivisão do espaço territorial para fins de planejamento, pode ser encarada como o primeiro passo para a oficialização de políticas regionais de desenvolvimento.

Tem-se verificado que a atuação isolada das administrações municipais é relativamente ineficaz no que tange ao equacionamento de muitos dos problemas locais que, por vezes, extrapolam em importância os limites geográficos do município. Esse fato, por si, condiciona a aceitação da existência de um nível maior e mais abrangente de análise de problemas e também de reivindicações: o nível regional.

Reconhecendo que o enfoque regional se constitui, realmente, em um melhor modelo para uma análise mais abrangente de realidade econômica-social com

vista ao planejamento para o desenvolvimento, a FJSN elaborou, em 1977, um documento contendo proposta de organização territorial do Estado do Espírito Santo.

Metodologicamente, ao definir-se uma região para efeito de planejamento não basta a sua caracterização do ponto de vista de seus aspectos geofísicos, apesar de os mesmos representarem elementos significativos para tal fim. Os aspectos demográficos, políticos, administrativos, sociais e econômicos também merecem ser levados em consideração, pois as condições geofísicas carecem, por si mesmas, de força criadora. Dessa forma, a divisão do espaço, proposta pela FJSN, obedeceu a critérios técnicos que aglutinaram o maior número de informações possíveis nos aspectos acima mencionados, tendo, porém, no grau de polarização o parâmetro básico de sua delimitação.

Segundo a *Teoria das Localidades Centrais de W. Cristaller**, o papel predominante das cidades com relação ao funcionamento de economia a nível espacial, seria dado pela função de distribuição de bens e serviços. As atividades ligadas a esta função dependem do consumo e da utilização não uniforme (no tempo e no espaço) de bens e serviços, o que gera limites de mercado que não justificam a presença de determinados equipamentos. Assim, bens e serviços consumidos e utilizados frequentemente devem estar presentes em todas as cidades; os bens e serviços mais raros deverão estar em certo número de cidades em função do tamanho do mercado, mas também oferecidos a outras por um processo de equidade social.

Dessa forma, foram estabelecidas hierarquias urbanas com significativa repercussão sobre o espaço, através de constituição das esferas de influência. O processo de determinação de hierarquia das cidades capixabas sur

*citado no Encontro de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 1. São Paulo, 1975.

giu também como produto da proposta de regionalização do Estado, em que os 53 municípios são agrupados em cinco níveis hierárquicos.

A aceitação dos preceitos estabelecidos na proposta de organização territorial do Estado do Espírito Santo ocorreu quando do início da atual gestão do executivo estadual. Em março de 1979 foi divulgado o documento *Diretrizes para a Ação Integrada*, no qual a participação social e a Ação Regional são determinadas como estratégias do Governo Estadual para o período 1979/1983. Segundo aquele documento, a Ação Regional seria efetivada com a proposta de *regionalização* da FJSN, a qual, depois de implantada e consolidada, representará um passo de fundamental importância para a consecução do objetivo de não só diminuir os desequilíbrios hoje existentes entre os diversos rincões do Estado, mas também, e principalmente, interiorizar o processo de desenvolvimento, fazendo-o de forma ordenada para que mudanças estruturais benéficas ocorram na sociedade espírito-santense.

A Ação Regional foi proposta e assumida como estratégia de governo, objetivando-se dar maior racionalidade à ação governamental, a partir de uma subdivisão do espaço capixaba. Assim, pelo Decreto Nº 1371-N de 30 de novembro de 1979, definiu-se e aprovou-se as unidades territoriais polarizadas (regiões) servindo à finalidade de regionalização da ação governamental e seu planejamento. As unidades territoriais polarizadas são áreas geográficas definidas e associadas, cada uma delas, a um pólo urbano principal:

- . Região I - Vitória;
- . Região II - Colatina;
- . Região III - Nova Venécia;
- . Região IV - Linhares;
- . Região V - Cachoeiro de Itapemirim.

A partir da aprovação dessas medidas é que se iniciou a etapa de levantamentos e estudos que buscavam o conhecimento da realidade regional, base fundamental e indispensável para a proposição de ações a serem desencadeadas nas diversas regiões, de forma que as mesmas alterem e/ou mantenham as suas atuais tendências de desenvolvimento.

2.3. A REGIÃO DE NOVA VENÉCIA NO CONTEXTO ESTADUAL

A Região de Nova Venécia, ou Região III, localizada a Noroeste do Estado do Espírito Santo, engloba oito municípios com cerca de 21% da área estadual.

Com a ocupação do espaço capixaba acontecendo dinamicamente de Sudeste para Noroeste, esta foi a última Região a ser ocupada, tendo sua colonização ocorrido no século atual: final do ciclo do café e da madeira e início do ciclo da pecuária.

A Região de Nova Venécia pode ser subdividida em duas grandes áreas, de acordo com as características do relevo: a Oeste uma subárea com relevo acidentado e montanhoso, e a Leste uma ampla área de topografia mais suave. A Região é uma das menos montanhosas do Estado (66,5% de sua área com declividade abaixo de 30%). Somente a Região de Linhares possui mais áreas planas que a Região de Nova Venécia.

A Região de Nova Venécia ocupava, em 1960, a terceira posição entre as regiões capixabas, referente ao efetivo populacional, acima então de Linhares e Colatina. A erradicação dos cafezais e a expansão das atividades madeireira e pecuária na Região, entre outros fatores, estabeleceram a base de um fluxo migracional para fora da Região, posicionando Nova Venécia pelas tendências observadas como a Região de menor contingente demográfico do Estado no fim da década passada. O fenômeno da migração foi acompanhado de um grande êxodo rural, tendo a população rural passado de segunda para a quarta na representatividade estadual, do Estado.

Região predominantemente agrícola, a análise da produção animal e vegetal, assim como da estrutura fundiária, corroboram as informações da dinâ

mica populacional. A Região de Nova Venécia apresentou no período 70/75 a maior redução da área destinada à lavouras e o maior incremento de área destinada à pastagens. Tal fato, aliado à drástica redução de áreas com matas e florestas naturais, suplantada apenas por Linhares que, em contrapartida, recebeu grande área reflorestada, delineiam componentes do quadro migratório. Paralelamente, observa-se no mesmo período um processo de concentração fundiária em todas as regiões, porém com mais intensidade em Nova Venécia, seguida de Colatina, fenômeno diretamente relacionada com a fase final do ciclo da madeira e expansão da pecuária.

A deficiente rede de infra-estrutura básica e de serviços da Região potencializou os efeitos da maciça extração vegetal e subsequente pecuarização, no movimento migratório. O sistema de telefonia apresenta a maior densidade/habitante por aparelho das cinco regiões, com a Discagem Direta a Distância funcionando apenas na sede do Município de Nova Venécia. Possui, ainda, a menor porcentagem de domicílios ligados, tanto à rede de água, quanto à rede de esgoto, e, curiosamente, foi a única Região que apresentou no período 70/77, redução no número absoluto de domicílios particulares.

Extremamente carente de matérias-primas minerais, a Região de Nova Venécia apresenta um quadro agrícola de baixíssima diversificação, o que dificulta o processo de industrialização. Possuindo a menor rede de rodovias pavimentadas do Estado, o transporte de cargas e passageiros está, em muitos municípios, dependente das condições climáticas. Como reflexo desses e outros condicionantes, a Região está colocada em último lugar, em termos de produção industrial, respondendo, também, por idêntica posição no setor comercial e de serviços.

O reflexo dessa realidade econômica está traduzido nos dados referentes às finanças públicas. A Região de Nova Venécia é, entre as cinco regiões, a que possui a menor parcela de recursos próprios sobre a arrecadação to

tal, e a de maior percentual dos fundos federais. Em consequência, pode-se afirmar ser a Região de maior dependência, tanto econômica quanto política, do Estado.

Não apresentando um quadro carencial de serviços de saúde muito diferente das demais regiões, defronta-se Nova Venécia com um *deficit* absoluto de serviços médicos e assistenciais, fazendo com que haja em grande intensidade deslocamento de doentes para outras regiões, principalmente para Vitória. Em razão desses fatos, que camuflam as estatísticas de registro dos óbitos, o Índice de mortalidade geral apresenta-se como o mais baixo do Estado e o de mortalidade infantil como o terceiro.

No plano educacional, quando se examina a situação do Estado como um todo, e das demais Regiões estaduais, verifica-se que as variações são mínimas quando se considera as relações entre população total e população escolarizável e entre esta e as diversas faixas etárias correspondentes aos níveis de ensino. Isso vem indicar que as populações das regiões estão estruturadas de modo semelhante, pelo menos até a faixa dos 18 anos.

A Região de Nova Venécia é a que menos atende a demanda da faixa de pré-1º Grau. O atendimento deficiente também ocorre em relação aos 1º e 2º graus, estando Nova Venécia, junto com Linhares, bastante defasadas das outras regiões, principalmente quanto ao atendimento do 2º Grau. A educação de nível superior inexistente na Região, com os demandatários dessa faixa se deslocando para Colatina, Vitória ou outros centros.

Depreende-se do exposto ser Nova Venécia a Região mais desprovida de equipamentos e infra-estrutura e, por conseguinte, a que apresenta problemas mais complexos. Ainda, essa Região apresenta-se no contexto estadual como a de economia menos diversificada e bastante dependente do setor primário.

2.4.

A REALIDADE REGIONAL

2.4.1. SITUAÇÃO ATUAL

A partir do *Estudos Básicos*, realizado para a Região de Nova Venécia, e da auscultação das lideranças regionais, pôde-se elaborar uma síntese que representa o cenário atual e/ou a situação atual regional.

Os itens selecionados para retratarem a realidade regional permitem a especulação de tendências e a posterior montagem de um cenário espontâneo ou tendencial.

As principais características e problemas selecionados para representarem a realidade regional são quantificados em uma matriz de situação no quadro 3, visualizados nos Mapa I e II e qualificadas a seguir.

Neste final de década, a Região de Nova Venécia apresenta-se como uma vasta área territorial savanizada, com solos em processo de degradação e mananciais hídricos desprotegidos. A Região foi quase totalmente devastada e os remanescentes florestais são representados por florestas nativas do tipo *floresta atlântica dos tabuleiros*, já parcialmente exploradas, possuindo uma única reserva florestal no Município de Pinheiros: a Reserva de Córrego do Veado.

A ocupação humana é relativamente recente, tendo a colonização regional ocorrido e se consolidado praticamente no atual século, no final do ciclo do café e da madeira e início do ciclo da pecuária.

A Região experimentou movimentos migratórios diversos, acompanhando os ciclos econômicos, tendo recentemente passado por uma fase de redução popu

lacional, processo que ocorreu paralelamente a um forte êxodo rural. A densidade populacional rural é baixa, particularmente nos municípios onde a atividade pecuária predomina. A população economicamente ativa (PEA) concentra-se principalmente nos setores primário e terciário.

A atividade agrícola predominante é a bovinocultura (gado de corte) e os principais cultivos agrícolas são: café, arroz, mandioca, milho e feijão. Essas atividades são realizadas em cerca de dez mil estabelecimentos.

A Região de Nova Venécia pode ser dividida em duas sub-regiões, do ponto de vista das explorações agrícolas predominantes: o extremo Nordeste, compreendendo os Municípios de Montanha, Mucurici, Pinheiro, Boa Esperança e parte dos Municípios de Ecoporanga e Nova Venécia; e, o extremo Oeste e Sul da Região, compreendendo parte dos Municípios de Ecoporanga, Barra de São Francisco e Nova Venécia e o Município de São Gabriel da Palha (Mapa III).

Na primeira dessas sub-regiões, predomina a exploração pecuária, ocupando as pastagens grandes extensões contínuas. A agricultura é escassa e restringe-se a pequenos cultivos de mandioca, milho, café, feijão e, raramente, arroz.

Na segunda sub-região, a cafeeicultura é a atividade principal e a agricultura de cultivos anuais ocupa áreas consideráveis, sendo o arroz, milho, mandioca e feijão as principais culturas.

O setor secundário regional é incipiente, sendo a industrialização da madeira ainda o principal ramo industrial. A industrialização do leite e da mandioca, e pequenas torrefações de café, são praticamente as únicas agroindústrias existentes.

A Região de Nova Venécia é a mais carente entre todas as regiões estaduais em infra-estrutura de serviços básicos. A rede de ensino é defici

ente, não atendendo a demanda regional, e a taxa de analfabetismo é elevada. No campo da saúde, ocorre deficiência de leitos hospitalares, de corpo médico e para-médico. As condições de habitabilidade dos domicílios regionais são precárias, particularmente no que se refere a saneamento básico (água e esgoto).

A receita municipal na Região é bastante dependente da transferência de recursos externos, sejam de origem estadual ou federal, o que é uma constante em todos os municípios do Estado e, mesmo, brasileiros.

O quadro de *realidade regional*, descrito precedentemente, retrata uma situação de baixa qualidade de vida de uma população de baixa renda e sem grandes opções de trabalho e/ou emprego.

Em função dessa situação e da deficiente rede viária, a Região de Nova Venécia, ainda, não está consolidada como unidade polarizada. Mantena e Nanuque, cidades do vizinho Estado de Minas Gerais, exercem atração polarizadora, respectivamente sobre áreas de Ecoporanga e Barra de São Francisco e sobre áreas de Montanha e Mucurici. Colatina, cidade pólo da Região II, abrange com sua influência os municípios de São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Ecoporanga e mesmo Nova Venécia, que, em relação a Colatina, é um pólo de segunda ordem (Mapa IV). Nova Venécia, atualmente, polariza apenas Boa Esperança e Pinheiro.

2.4.2. PRINCIPAIS PROBLEMAS DA REGIÃO

Em função dos dados disponíveis e dos levantamentos *in loco* referentes à Região de Nova Venécia e do confronto da situação desta com as demais regiões do Estado, pode-se destacar os principais problemas, causas primordiais das deficiências observadas na avaliação da realidade-sócio-econômica regional. Lista-se, a seguir, de forma bastante sintética, esses problemas, desagregados ou discriminados por setores, subsetores, atividades

QUADRO 3

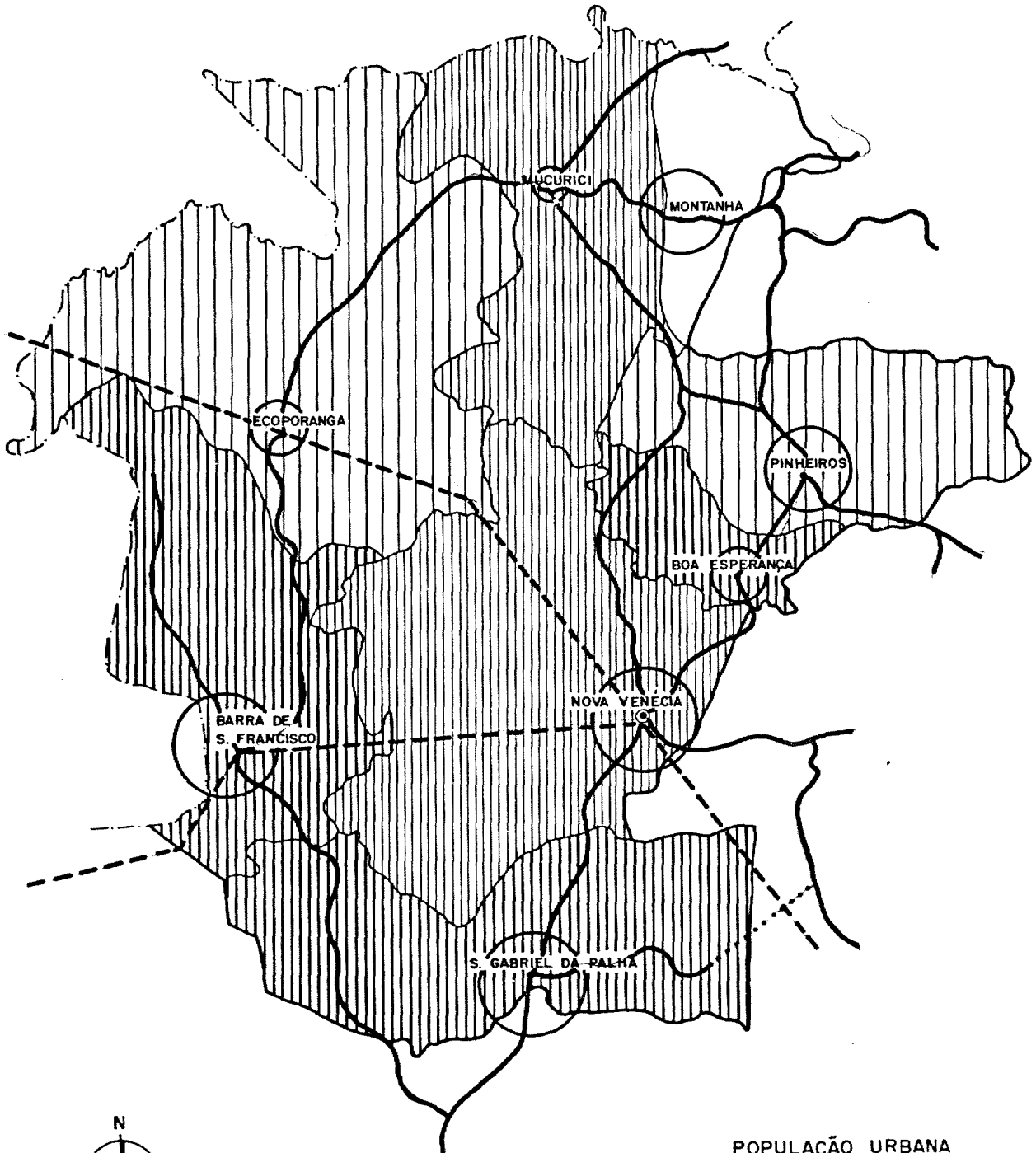
REGIÃO DE NOVA VENÉCIA - MATRIZ DE SITUAÇÃO ATUAL

DISCRIMINAÇÃO MUNICÍPIOS	DEMOGRAFIA						AGRICULTURA							EDUCAÇÃO		SAÚDE			INFRA ESTRUTURA	
	DENSIDADE		TAXA DE URBANIZAÇÃO	PEA-SETORES (PESSOAL)			USO DO SOLO (ha)				ESTRUTURA FUNDIÁRIA Nº DE ESTABELECIMENTOS			ÍNDICES		ÍNDICE DE MORTALIDADE %		SALDO LEITOS-MOS PITALARES	% DOMICÍLIO LIGADOS À REDE	
	TOTAL	RURAL		PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	PASTAGENS	LAVOURAS PERMANENTES	LAVOURAS TEMPORÁRIAS	FLORESTAS NATURAIS	0-100ha	100-500ha	> 500ha	ANALFABETISMO	ESCOLARIZAÇÃO	GERAL	INFANTIL		ÁGUA	ESGOTO
Barra de São Francisco	36,64	24,19	33,98	8.506	237	4.138	67.189	17.069	19.827	14.449	2.649	256	12	41	72,1	8,1	82,6	(83)	19,02	10,8
Boa Esperança	29,58	22,72	23,18	1.754	133	882	26.224	2.773	2.203	4.142	332	80	9	37	76,7	8,4	97,7	(51)	22,94	7,8
Ecoporanga	15,17	11,61	23,50	5.832	182	2.193	182.696	6.009	10.705	10.154	1.368	404	74	48	68,9	3,8	63,1	(164)	15,23	10,8
Montanha	28,06	4,41	84,28	1.056	101	1.897	51.574	140	740	1.707	113	76	27	31	85,5	4,6	75,8	(21)	8,36	2,8
Mucurici	14,00	12,92	7,71	2.222	134	1.419	103.725	224	2.168	2.950	250	192	55	45	80,4	2,6	16,7	(72)	9,67	3,4
Nova Venécia	21,61	14,54	32,71	7.092	676	3.987	115.251	13.173	11.329	19.551	1.834	355	41	30	80,4	4,4	56,8	(147)	28,33	11,7
Pinhelros	19,59	7,57	61,35	2.983	345	2.004	57.668	673	3.768	4.790	400	161	26	37	79,1	6,3	119,7	(89)	30,79	9,9
São Gabriel da Palha	27,58	17,12	37,92	6.648	877	3.220	37.123	17.208	9.875	8.709	1.418	136	14	26	79,0	4,7	37,7	(161)	28,63	26,1
REGIÃO DE NOVA VENÉCIA	22,48	14,45	35,69	36.093	2.685	19.640	641.440	57.229	60.615	66.502	8.364	1.660	258	-	77,6	5,2	67,5	(788)	21,88	12,4

NOTA: Os dados relativos à Agricultura e Saúde referem-se ao ano de 1975; os demais, ao ano de 1977.

MAPA I

SITUAÇÃO ATUAL DEMOGRÁFICA



CONVENÇÕES :

- DIVISÃO ESTADUAL
- DIVISÃO REGIONAL
- DIVISÃO MUNICIPAL
- ⊙ CIDADE PÓLO
- SEDE MUNICIPAL

DENSIDADE RURAL

- 0 - 5 HAB / Km²
- 5 - 10 HAB / Km²
- 10 - 15 HAB / Km²
- 15 - 20 HAB / Km²

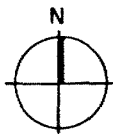
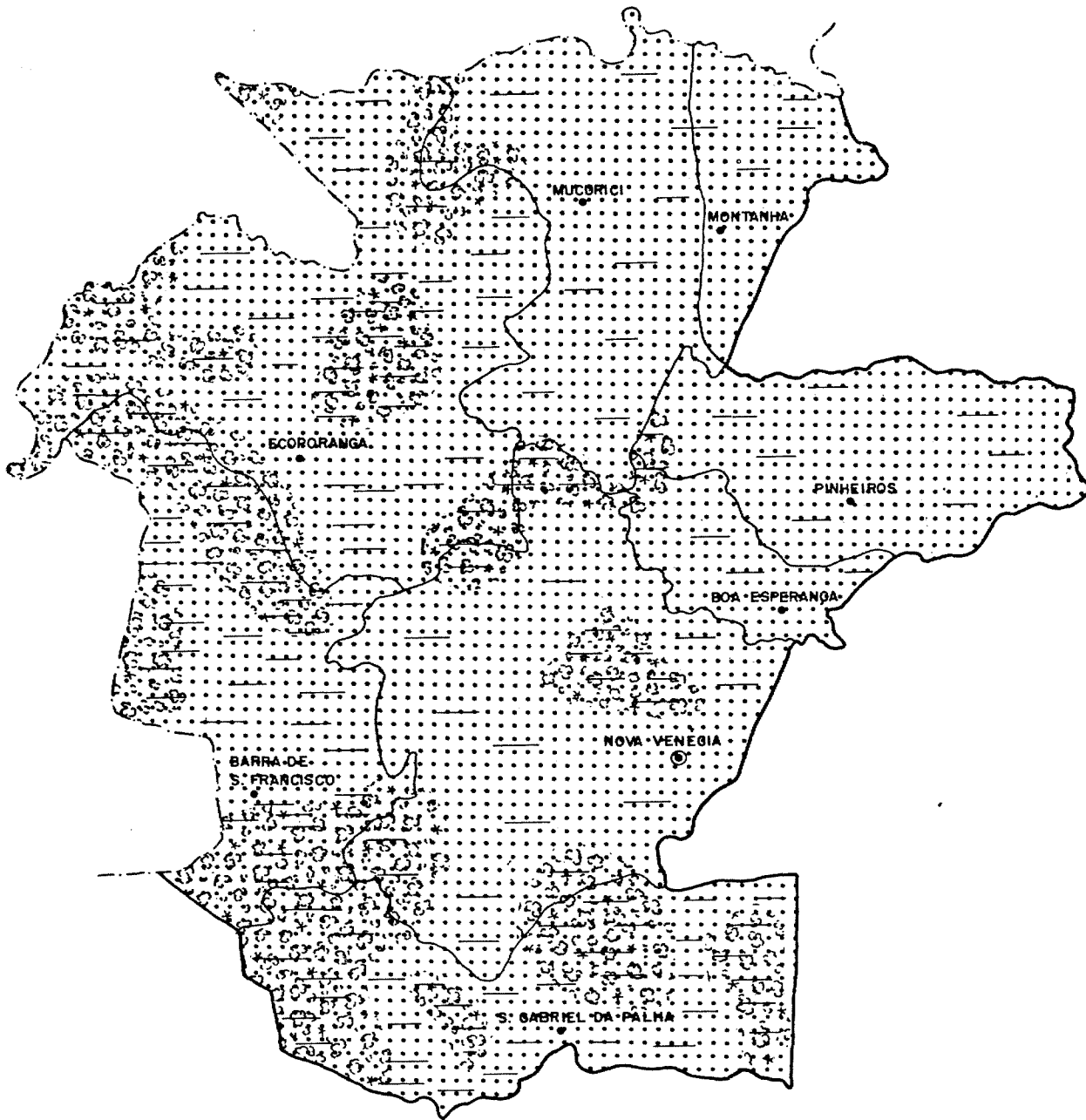
POPULAÇÃO URBANA



RODOVIAS

- IMPLANTADAS
- PLANEJADAS
- EM IMPLANTAÇÃO


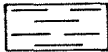
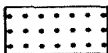
SITUAÇÃO ATUAL DE USO DO SOLO



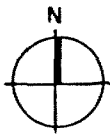
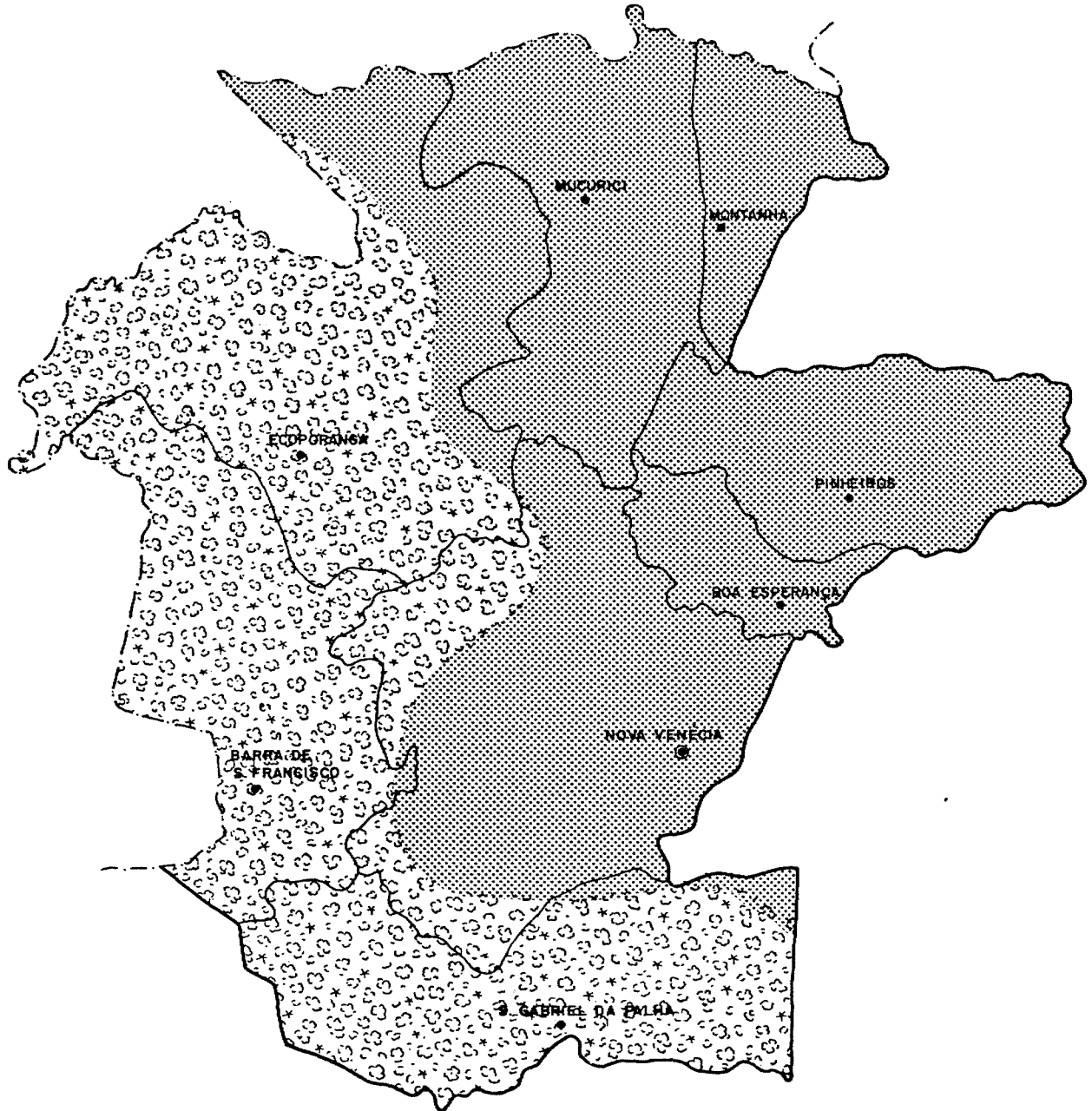
CONVENÇÕES:

- DIVISÃO ESTADUAL
- DIVISÃO REGIONAL
- DIVISÃO MUNICIPAL
- ⊙ CIDADE POLO
- SEDE MUNICIPAL

USO DO SOLO

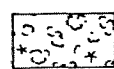

-  CAFÉ
-  CULTURAS ANUAIS
-  PECUÁRIA

EXPLORAÇÕES PREDOMINANTES



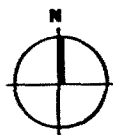
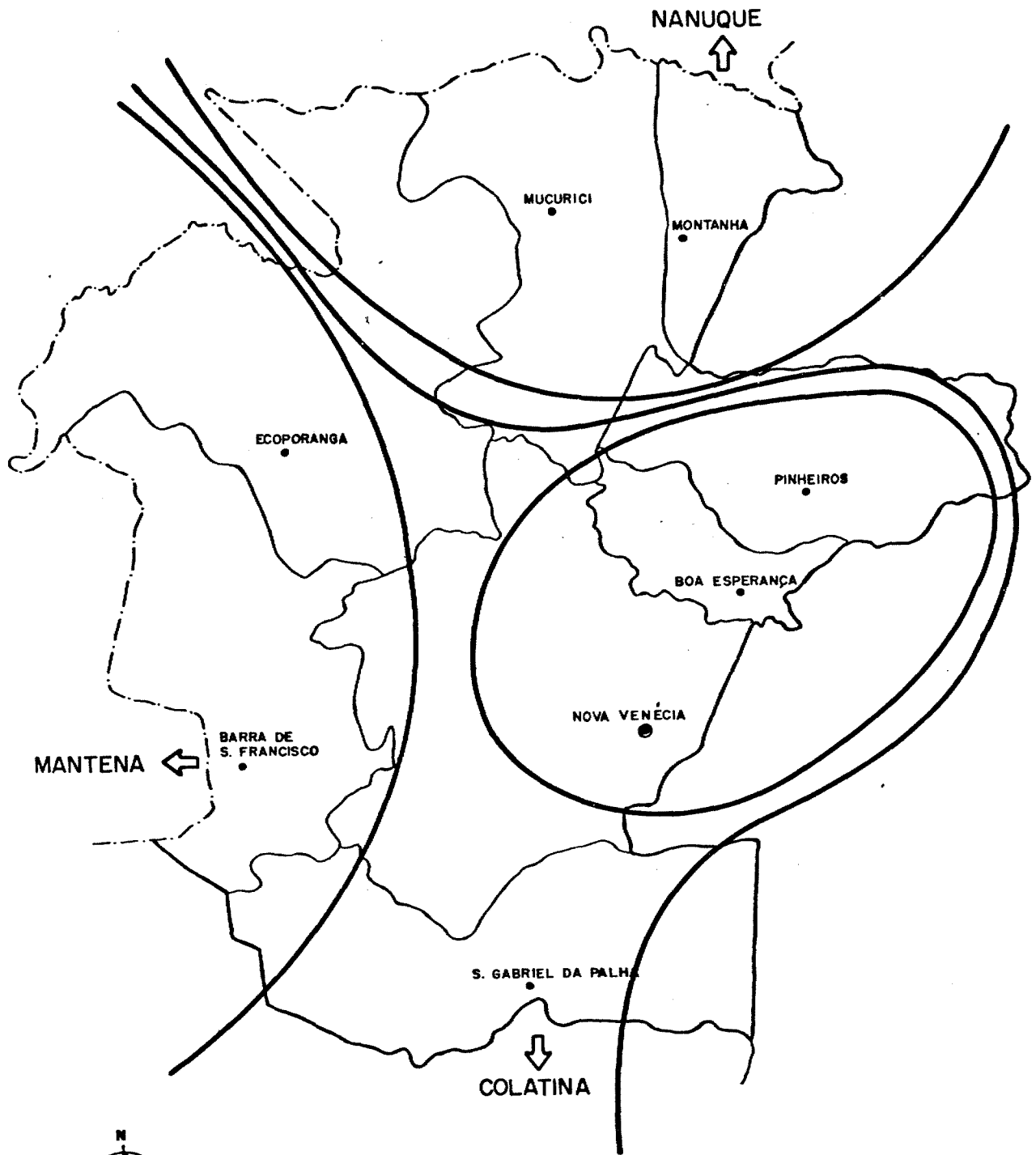
CONVENÇÕES :

- — — — — DIVISÃO ESTADUAL
- — — — — DIVISÃO REGIONAL
- — — — — DIVISÃO MUNICIPAL
- CIDADE POLO
- SEDE MUNICIPAL

-  CAFÉ + CULTURAS ANUAIS DE ARROZ, MILHO, FEIJÃO E MANDIOCA.
-  PECUÁRIA DE CORTE + CULTIVOS ESPARÇOS DE MANDIOCA, MILHO, FEIJÃO E PIMENTA DO REINO.

MAPA IV

POLARIZAÇÃO

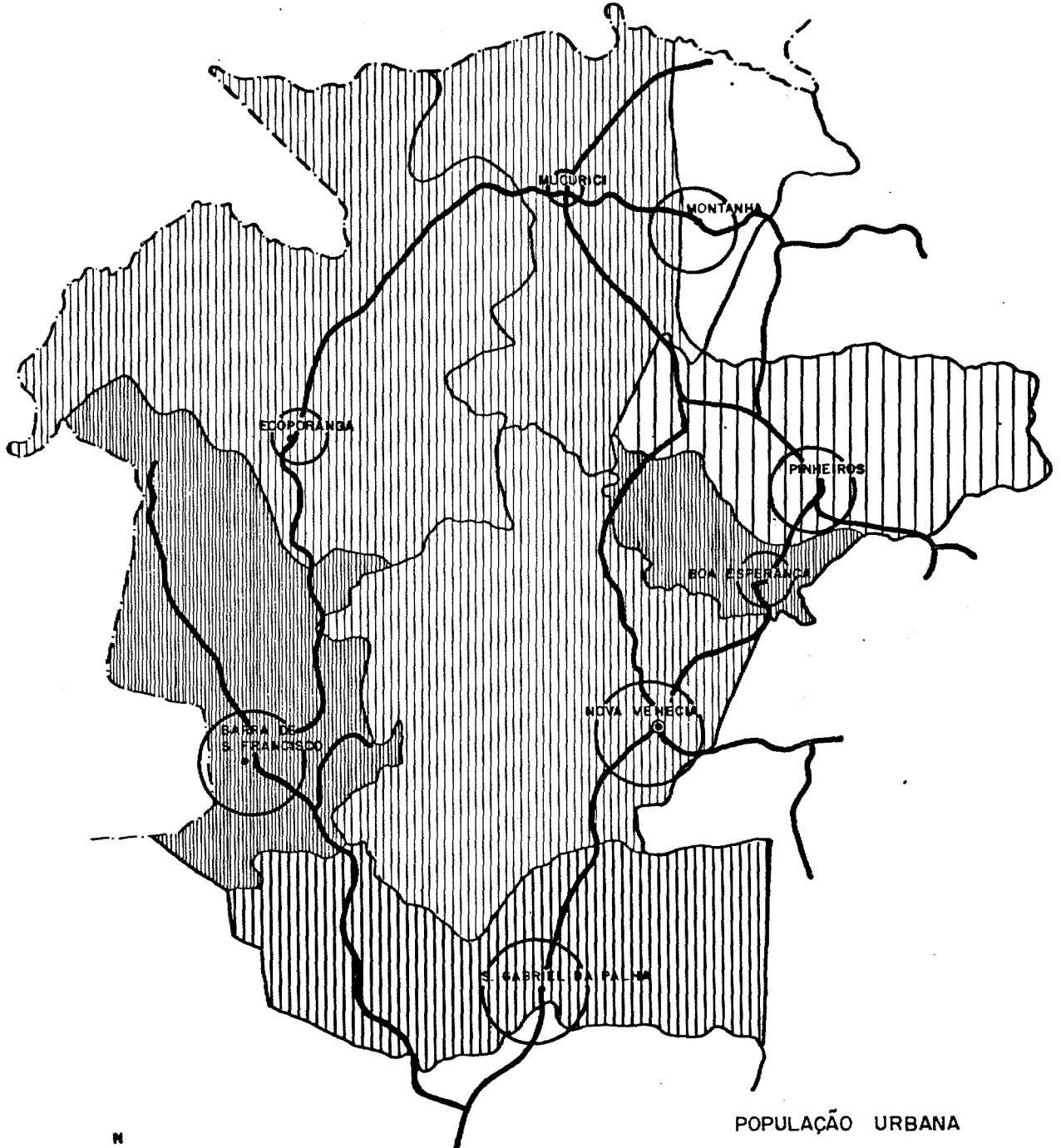


CONVENÇÕES :

- DIVISÃO ESTADUAL
- DIVISÃO REGIONAL
- DIVISÃO MUNICIPAL
- CIDADE POLO
- SEDE MUNICIPAL

MAPA V

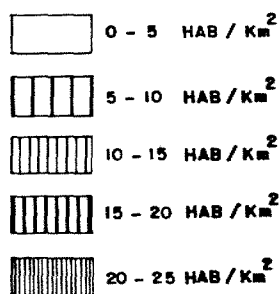
CENÁRIO ESPONTÂNEO — PROJEÇÃO 1983
(PROJEÇÃO DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA)



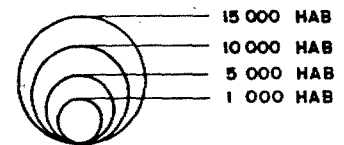
CONVENÇÕES :

- — — — — DIVISÃO ESTADUAL
- — — — — DIVISÃO REGIONAL
- — — — — DIVISÃO MUNICIPAL
- CIDADE POLO
- SEDE MUNICIPAL

DENSIDADE RURAL



POPULAÇÃO URBANA



— — — — — RODOVIAS IMPLANTADAS

e/ou condições, com o objetivo de facilitar a análise por parte das diversas instituições e/ou órgãos governamentais e privados, que atuam ou deveriam atuar na Região.

- ASPECTOS FÍSICOS E NATURAIS

- . a Região é interiorana, localizada fora dos eixos rodoviários e ferroviários interestaduais, ou seja, a Região apresenta características desvantajosas, do ponto de vista econômico-locacional;
- . parte da área regional (extremo Oeste) é de topografia acidentada, dificultando, ou mesmo impedindo, a moto-mecanização agrícola e facilitando bastante os processos de erosão e, conseqüentemente, a degradação do solo;
- . Ocorrência de períodos secos severos (4-5 meses) em algumas áreas, notadamente no Município de Ecoporanga, ocasionando deficiências hídricas que atuam como restrições para determinadas atividades agrícolas;
- . baixo potencial hidrelétrico da rede hidrográfica regional e ocorrência de aguadas temporárias no extremo Norte;
- . cobertura vegetal primitiva quase totalmente devastada, inclusive em áreas onde o desmatamento era desaconselhável em função da declividade e/ou da natureza do solo;
- . áreas com solos degradados, devido não só a devastação florestal ocorrida na Região, como, também, à má utilização agrícola do solo.

- ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

- . a Região sofreu intenso processo migratório, principalmente nas duas últimas décadas, caracterizado por elevadas taxas de evasão populacional (o contingente populacional reduziu-se de cerca de 84 mil pessoas entre 1960 e 1977);
- . êxodo rural, principalmente a partir das pequenas propriedades rurais (a densidade rural passou de 31 para 17/hab/km² de 1970 para 1977);

- . crescimento populacional acelerado na maioria dos centros urbanos regionais;
- . a Região de Nova Venécia apresenta forte concentração da PEA nas mais baixas faixas de renda (cerca de 62% da PEA, recebe rendimentos de até dois salários mínimos) e possui a maior concentração da PEA *sem renda*, ou seja, se constitui no maior bolsão de pobreza do Estado.

- AGROPECUÁRIA

- . redução do número de pequenas propriedades rurais (até 100ha) com forte tendência à concentração fundiária (desapareceram cerca de 1.000 pequenas propriedades no período 70/75). Esse fenômeno vem ocorrendo principalmente no extremo Nordeste da Região, onde predominam as atividades de exploração pecuária bovina;
- . redução das áreas agrícolas, principalmente das cultivadas com milho, mandioca, cana-de-açúcar, arroz e feijão;
- . inexistência na Região de mecanismos e/ou estruturas de comercialização voltadas para o atendimento e proteção do pequeno produtor rural (essa carência é estadual e apontada como uma das principais causas do êxodo rural);
- . pouca diversificação agrícola, ocasionando importação de inúmeros produtos que poderiam ser produzidos na Região, como os hortifrutigranjeiros;
- . explorações agropecuárias normalmente conduzidas em baixos níveis tecnológicos.

- EDUCAÇÃO/INSTRUÇÃO

- . o atendimento à população demandatária do ensino de pré-1º Grau (faixa etária de 0 a 6 anos) é bastante deficitário na Região;
- . o ensino na zona rural está limitado ao nível de, somente, quatro primeiras séries do 1º Grau;

- . ocorre demasiada centralização do ensino pela rede estadual, consequentemente, com pouco envolvimento da administração municipal no processo educacional da Região;
 - . desarticulação da oferta de ensino com as necessidades, interesses e potencialidades da Região;
 - . existência de escolas rurais mal localizadas, dificultando o acesso às mesmas por parte de alunos e professores;
 - . cursos mal ministrados e escolas fechadas em decorrência do afastamento de recursos humanos habilitados e capacitados, devido aos problemas de baixa remuneração e falta de condições de trabalho (esse problema parece ser a causa principal da péssima situação do setor de educação na Região);
 - . alimentação escolar deficiente, ocasionando evasão e repetência, particularmente de crianças provenientes de famílias de baixa renda;
 - . bases físicas da rede de ensino em geral em péssimas condições de conservação e, consequentemente, de funcionamento.
- INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
- . a Região de Nova Venécia é a menos industrializada do Estado. Sua produção agrícola é pouco diversificada e os produtos regionais são exportados *in natura*, agregando valor de industrialização fora da Região;
 - . o principal ramo industrial da Região, a indústria madeireira, tende à desativação por falta de matéria-prima (esgotamento das reservas florestais);
 - . inexistência de potencial turístico que possa ser economicamente explorado no curto prazo;
 - . comércio regional débil, ocasionando frequentes deslocamentos humanos e financeiros para fora da Região e, em alguns casos, para fora do Estado.

- SAÚDE

- . a Região apresenta elevado *deficit* no número de leitos hospitalares (788 leitos), carência de médicos e de pessoal para-médico;
- . a rede hospitalar e sanitária é precária, existindo hospitais e unidades sanitárias fechados e/ou em péssimo estado de conservação e de funcionamento.

- HABITAÇÃO E SANEAMENTO

- . as condições de habitação e saneamento são deficitárias para toda a Região, sendo Nova Venécia a única Região do Estado onde ocorreu de crescimento no número de domicílios, no período compreendido entre 70/77;
- . existe na Região uma substancial parcela de domicílios insalubres, com paredes de taipa, piso de terra batida, sem abastecimento de água, sem esgoto ou fossa, que condicionam os baixos índices de saúde regional.

- COMUNICAÇÕES

- . o índice de 305 habitantes por aparelho telefônico, posiciona a Região de Nova Venécia como a pior servida em telefonia, no Estado;
- . na Região, apenas o Município de Nova Venécia (sede) é servido pelo serviço de DDD (Discagem Direta à Distância).

- SISTEMA VIÁRIO

- . pouca capilaridade da rede de estradas vicinais, dificultando o escoamento da produção e comercialização agrícola;
- . a quase totalidade das estradas da Região está sob situação de leito natural, sem revestimento, o que contribui para o isolamento e atraso da Região.

2.4.3. POTENCIALIDADE REGIONAL

Dentre as potencialidades, destacam-se, pela sua importância, as seguintes:

- . boa parte das terras da Região de Nova Venécia são planas e/ou pouco acidentadas, prestando-se bem para o desenvolvimento de práticas agrícolas mecanizadas;
- . diversidade climática capaz de propiciar o desenvolvimento de culturas agrícolas tropicais diversificadas (cana, cereais, pimenta do reino, fruticultura tropical, mamona, mandioca etc);
- . possibilidades agroclimáticas para a cultura do café arábico e de espécies subtropicais (no extremo Oeste regional);
- . potencial hidráulico para pequenas usinas hidrelétricas;
- . possibilidade de desenvolvimento de programas de irrigação;
- . concentração de população em pequenos centros urbanos, gerando disponibilidade de mão-de-obra (que pode ser utilizada em indústrias manufatureiras);
- . disponibilidade de matéria-prima para indústria de abate e laticínios;
- . ótima aptidão ecológica para produção de madeiras nobres.

2.4.4. TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

Da análise da Região de Nova Venécia, visando o conhecimento de sua realidade, detectou-se os principais problemas e potencialidades e identificou-se as principais tendências de evolução dos fenômenos estudados.

A matriz quantitativa, mostrada no quadro , discrimina as taxas de variações anuais, geométricas para uns, aritméticas para outros, nos diversos fatores considerados no cenário espontâneo. A essa matriz deve-se acrescentar uma complementação que qualifique e explique as tendências calculadas e/ou inferidas.

Para os aspectos físicos e naturais da Região, a tendência é de se intensificar o processo de desmatamento e de devastação da cobertura vegetal primitiva.

Para os aspectos demográficos, a tendência verificada a partir dos dados estatísticos é de intensificação do êxodo rural, reduzindo-se, ainda mais, o efetivo populacional da Região. As taxas geométricas de crescimento, que representam as tendências recentes de evolução, são negativas para a população total (-2,4%) e para a população rural (-4,3%). Para a população urbana, a tendência é de crescimento, com taxa positiva de 2,1%.

Para a População Economicamente Ativa - PEA, a tendência regional também é de decréscimo, particularmente nos setores primário e secundário (taxas de 4,9 e 7,4% respectivamente). O setor terciário apresentou, para o período considerado, taxa positiva (6,8% aa), que está de acordo com o crescimento populacional urbano, que é, também, positivo.

A evasão populacional da Região de Nova Venécia tem sua origem na zona rural, principalmente, a partir das pequenas propriedades que sofreram um processo acelerado de redução (-4,6% aa para o estrato de 0-100ha, na Região como um todo). Essa tendência se verifica principalmente nos municípios onde a pecuária de corte predomina de forma quase absoluta.

Paralelamente, as áreas de pastagens sofreram expansão no período considerado (70/75). As áreas de lavouras temporárias e florestadas, em contrapartida, foram reduzidas (-5,1 e -9,0% aa respectivamente). As áreas com lavoura permanente (o café principalmente) sofreram incremento no período em tela.

Os índices correspondentes aos aspectos de infra-estrutura, apresentaram na sua quase totalidade, taxas negativas. Equivale dizer que, no período considerado, os investimentos em infra-estrutura não correspondem à demanda regional.

Contudo, essa tendência não deve ser projetada, pois é conflitante com a tendência de redução populacional. Teoricamente (dentro de uma lógica absurda), os índices tenderiam a melhorar de posição com a redução da população (o efetivo populacional representa o denominador da fração que estabelece o índice).

Deve-se, também, considerar que, na Região de Nova Venécia, ocorreu redução do número de domicílios. Considerando-se que os domicílios desaparecidos eram os de pior condição de saneamento, dentro da mesma lógica, pode-se estimar a tendência como de melhoria do índice de saneamento básico.

2.4.5. CENÁRIO ESPONTÂNEO

A partir da realidade regional evidenciada no volume I - *Estudos Básicos*, e projetando-se as atuais tendências sócio-econômicas, pode-se imaginar a situação futura da Região de Nova Venécia, ou seja, seu cenário espontâneo.

Para esta, e possivelmente para as demais Regiões em que se subdividiu o Estado, a descrição do cenário espontâneo, na prática, não é tão simples como pode parecer a primeira vista.

O primeiro grande problema, refere-se aos dados estatísticos básicos utilizados. Ao se estudar a Região, objetivou-se conhecer a realidade social e econômica, suas transformações e evolução recente. O produto desse estudo deveria ser um diagnóstico muito mais *clínico* do que *laboratorial*, razão pela qual os dados disponíveis para as projeções foram quase sempre insuficientes. Assim, não foi possível a montagem de séries históricas que possibilitariam a dedução das equações que melhor descrevessem as possíveis tendências nos anos estudados.

As projeções foram feitas, na maioria dos casos, considerando-se os dados de 1970 e 1975 ou 1970 e 1977, ou seja, para ambos com embasamento

QUADRO 4

REGIÃO DE NOVA VENÉCIA - MATRIZ DE TAXAS DE VARIAÇÕES ANUAIS

DISCRIMINAÇÃO MUNICÍPIOS	DEMOGRAFIA						AGRICULTURA						EDUCAÇÃO		SAÚDE			INFRA ESTRUTURA		
	POPULAÇÃO			P E A			USO DO SOLO			ESTRUTURA FUNDIÁRIA			ÍNDICE DE		ÍNDICE DE MORTALIDADE		SALDO	% DOMICÍLIO LIGADOS À REDE		
	TOTAL	URBANA	RURAL	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	PASTAGEM	LAVOURA PERMANENTE	LAVOURA TEMPORÁRIA	FLDRESTATS NATURAIS	0-100ha	100-500ha	> 500ha	ANALFA BETISMO	ESCOLARIZAÇÃO	GERAL	INFANTIL	LEITOS-HOSPITALARES	ÁGUA	ESGOTO
Barra de São Francisco	- 2,4	1,4	- 4,0	- 4,4	- 15,6	7,5	7,6	2,3	- 4,4	- 5,1	- 1,2	3,8	- 4,0	- 4,8	2,9	2,9	6,0	- 18,6	12,8	45,0
Boa Esperança	- 0,5	11,3	- 2,6	- 4,5	3,2	15,6	- 0,7	6,8	- 6,6	- 10,0	- 9,1	1,9	0,0	- 6,7	1,9	1,4	2,9	- 5,0	167,5	1,1
Ecoporanga	- 5,7	1,3	- 7,3	- 8,7	- 13,4	4,3	8,5	- 2,6	- 7,1	- 6,9	- 5,9	0,1	16,0	- 5,1	6,0	- 4,9	5,6	- 6,3	40,0	178,6
Montanha	- 1,4	1,2	- 9,8	- 6,0	- 20,9	6,2	0,6	13,3	- 2,2	- 13,0	- 9,1	- 4,6	1,6	- 7,1	3,3	- 10,1	- 4,8	- 16,4	94,8	0,4
Mucurici	- 3,2	- 2,1	- 3,3	- 7,8	- 9,1	9,3	- 0,7	- 1,8	- 9,5	- 10,5	- 11,2	- 5,8	6,8	- 4,2	3,4	8,1	...	- 6,5	101,2	0,5
Nova Venécia	- 2,0	2,9	- 3,9	- 4,0	- 8,1	6,1	3,2	2,4	- 5,8	- 7,6	- 4,9	0,5	9,3	- 6,7	3,0	- 5,6	0,7	- 3,3	21,2	58,4
Pinheiros	- 1,7	1,2	- 5,4	- 3,5	- 1,4	6,0	7,1	15,0	3,7	- 14,4	- 6,6	0,1	10,6	- 6,4	5,0	2,8	6,7	- 3,5	865,7	1,4
São Gabriel da Palha	0,2	3,7	- 1,5	- 1,4	1,6	6,9	1,7	6,6	- 3,0	- 10,2	- 3,7	3,6	15,0	- 7,5	2,4	- 3,6	- 8,7	- 3,1	14,3	89,3
REGIÃO	- 2,4	2,1	- 4,3	- 4,9	- 7,4	6,8	3,9	3,0	- 5,1	- 9,0	- 4,6	- 0,3	8,0	-	-	- 2,2	2,8	- 4,5	28,0	89,9

NOTA: 1) Foi utilizada a Taxa Geométrica para os dados sobre Demografia, Educação e Saúde, e a Aritmética para os demais.

2) Os períodos considerados foram: 70/75 para agricultura e saldo de leitos hospitalares, e 70/77 para os demais.

em, apenas dois pontos conhecidos de uma hipotética distribuição de valores. Ainda, a qualidade intrínseca dos dados pode ser questionada, principalmente em função de sua origem ou forma de coleta (dados censitários).

A determinação do horizonte de tempo ótimo, para as projeções, representa um outro problema difícil de ser equacionado. O longo prazo (ano 2.000), ou seja, período de 20 anos, invalida a maior parte das projeções baseadas em taxas geométricas, particularmente, naqueles casos onde ocorrem taxas negativas expressivas. Para esses casos, até mesmo num horizonte de 10 anos (1990), as projeções se apresentam como distorções.

Para curtos e/ou médios prazos, as projeções, aparentemente, representam quantitativamente o que se infere qualitativamente dos dados trabalhados. Mesmo assim, devem ser encaradas com reservas, face a precariedade da base matemática e da própria representatividade dos dados.

A eleição de parâmetros explicativos para fenômenos de natureza complexa, como a ação do homem sobre o meio ambiente, pode ser considerada, também, como um problema com várias alternativas de solução, na montagem das projeções tendenciais ou cenário espontâneo.

Em muitos casos, quer pela exiguidade de tempo, quer pela inexistência de séries estatísticas de informações (a maioria delas defasadas no tempo), optou-se por um tratamento exclusivamente qualitativo dos dados.

Ainda, torna-se importante mencionar que, qualquer que seja o método empregado, as previsões que envolvem comportamento humano estão sempre sujeitas a falhas e, não obstante a margem de incerteza, os resultados contrados podem ser considerados como indicadores tendenciais de grande importância.

Assim, o cenário espontâneo desenhado para a Região de Nova Venécia deve ser encarado como ponto de partida para novas análises, discussões e re

flexões sobre a possível situação futura da Região. Em muitos aspectos, essas análises e discussões deverão ser aprofundadas, principalmente por pessoal técnico especializado.

O cenário espontâneo elaborado representa um quadro de situação futura, a curto prazo, projetado a partir da realidade regional.

Esse cenário está quantificado no quadro que discrimina, em uma matriz de situação, os principais indicadores selecionados. A situação demográfica projetada é mostrada no Quadro V.

A situação futura no horizonte de curto prazo (quatro anos), não deverá ser muito diferente da atual.

Mantidas as tendências atuais, a Região terá sua cobertura vegetal primitiva reduzida, agravando-se, ainda mais, os problemas de degradação de solo e poluição hídrica, principalmente o problema do assoreamento das calhas de rios e córregos devido à erosão.

As áreas de pastagens deverão continuar se expandindo em detrimento das áreas florestadas e de culturas temporárias. As áreas com cafezais, possivelmente, ainda crescerão.

As pequenas propriedades continuarão em processo de redução, sendo elas absorvidas pelas maiores, particularmente pelas que se dedicam à bovinocultura.

Grande parte das indústrias de madeira da Região será desativada por absoluta falta de matéria-prima.

O êxodo rural será mantido paralelamente ao crescimento desordenado dos núcleos urbanos regionais, que se constituirão em núcleos de pobreza, com grande contingente de mão-de-obra ociosa e/ou subempregada em atividades comerciais ou de serviços incipientes.

Pode-se estimar, para o período considerado, um êxodo humano na Região de cerca de 100 mil pessoas, que engrossarão os assentamentos da periferia da Capital do Estado, ou as favelas, e, mesmo, mudar-se-ão do Espírito Santo.

A densidade rural será reduzida nos municípios onde ainda se desenvolvem as atividades de plantio de cereais e mantida nos atuais níveis nos municípios onde predomina a bovinocultura.

As condições sanitárias dos centros urbanos deverão se agravar ainda mais, como de resto, toda a infra-estrutura urbana.

Deverá ocorrer uma estagnação na receita dos municípios da Região, o que aumentará a dependência de fontes externas de recursos.

O quadro geral deverá retratar um agravamento da situação atual, com redução da qualidade de vida de uma população carente e sem opções de trabalho e/ou emprego.

QUADRO 5

REGIÃO DE NOVA VENÉCIA - MATRIZ DE CENÁRIO ESPONTÂNEO (Projeção para 1983)

DISCRIMINAÇÃO	DEMOGRAFIA						AGRICULTURA						EDUCAÇÃO		SAÚDE			INFRA ESTRUTURA		
	DENSIDADE			P E A			USO DO SOLO			ESTRUTURA FUNDIÁRIA			ÍNDICES DE		ÍNDICE DE MORTALIDADE		SALDO LEITOS-HOS PITALARES	3 DOMICÍLIO LIGADOS A REDE		
	TOTAL	RURAL	TAXA DE URBANIZ.	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	PASTAGEM	LAVOURA PERMANENTE	LAVOURA TEMPORÁRIA	FLORESTAS NATURAIS	0-100ha	100-500ha	> 500ha	ANALFA BETISMO	ESCOLARIZAÇÃO	GERAL		INFANTIL	ÁGUA	ESGOTO
Barra de São Francisco	31,63	18,93	42,80	6.477	85	6.406	96.424	19.891	10.894	6.542	2.363	321	7	30,5	83,5	5,2	117,0	(16)	26,6	17,8
Boa Esperança	28,77	19,39	45,29	1.332	160	2.109	24.753	3.839	467	-	-	91	9	24,4	85,1	5,0	115,9	(49)	41,0	14,5
Ecoporanga	10,65	7,36	36,16	3.380	77	2.826	269.728	4.586	1.285	1.607	448	407	126	35,2	88,6	6,0	87,8	(97)	24,8	19,4
Montanha	25,74	2,37	98,72	728	24	2.727	53.792	229	593	-	-	39	30	19,9	100,0	3,3	56,1	(5)	14,6	5,2
Mucurici	11,51	10,56	8,25	1.361	75	2.421	97.907	189	-	-	-	64	77	34,7	94,7	6,1	-	(42)	17,0	6,3
Nova Venécia	19,77	11,45	42,44	5.546	406	5.702	140.739	15.455	3.923	378	406	369	62	19,7	93,3	1,8	59,1	(112)	42,8	19,8
Pinheiros	17,60	5,42	73,33	2.407	316	2.845	81.700	1.132	4.699	-	80	163	40	24,8	98,8	9,9	176,6	(67)	56,8	18,4
São Gabriel da Palha	27,98	15,62	46,49	6.107	968	4.808	41.747	24.061	7.106	-	906	170	24	16,2	89,3	3,8	21,8	(157)	40,9	45,4
REGIÃO	19,86	8,52	46,49	26.698	1.694	29.380	806.790	69.382	28.967	8.527	4.676	1.624	375	-	91,0	4,6	79,5	(545)	34,3	21,6

3.

PLANEJAMENTO REGIONAL

3.1.

OBJETIVOS

O diagnóstico de situação da Região de Nova Venécia evidencia que os processos econômicos e sociais em curso vêm ocasionando o êxodo rural, principalmente de pequenos agricultores e parceiros agrícolas e a estagnação econômica das pequenas cidades interioranas.

Paralelamente, vem ocorrendo concentração econômica e demográfica em outras regiões, notadamente da Região de Vitória, em torno da Grande Vitória, acentuando os desequilíbrios regionais.

Visando atenuar essas distorções, as opções governamentais manifestadas no documento *Diretrizes para uma Ação Integrada* distinguiram três grandes objetivos:

- . a consolidação do Espírito Santo como pólo alternativo da Região Sudeste do país;
- . a atenuação dos desequilíbrios regionais com a implantação de uma política de *desconcentração concentrada*;
- . a criação de condições de fixação do homem no interior do Estado.

Os objetivos gerais e específicos, listados a seguir, para a Região de Nova Venécia, representam um desdobramento e detalhamento dos grandes objetivos e diretrizes governamentais.

3.1.1. OBJETIVOS GERAIS

- . ampliar e melhorar o sistema viário de modo a consolidar a Região como unidade polarizada;
- . dotar a cidade de Nova Venécia de equipamentos sócio-econômicos, objetivando consolidar suas funções polarizadoras;
- . promover o desenvolvimento da Região de acordo com sua aptidão ecológica, de modo a preservar o meio ambiente e proporcionar melhor qualidade de vida à população;
- . promover o desenvolvimento sócio-econômica de forma integrada na Região, visando atenuar as migrações internas, criando condições para a fixação do homem no interior, particularmente na zona rural.

3.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- RELATIVOS AO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

- . estimular a preservação dos remanescentes florestais existentes e promover o reflorestamento com essências nativas, principalmente em áreas de declividade acentuada (superior a 45%), e em áreas especiais de proteção a mananciais hídricos e coleções de água;
- . exercer a fiscalização e controle da poluição ambiental, bem como a vigilância permanente sobre a utilização dos recursos naturais, incentivando as atividades agrícolas de conformidade com a aptidão ecológica regional;
- . estimular e possibilitar aos municípios a criação de áreas de preservação permanente para a proteção de flora e fauna;
- . promover o aproveitamento do potencial hidrelétrico dos córregos e rios da Região, visando a eletrificação de pequenos povoados, vilas e fazendas do interior.

- RELATIVOS AO CAMPO ECONÔMICO

a) *Agropecuária*

- . fortalecer o pequeno produtor rural (propriedades de até 100ha), possibilitando-lhes assistência técnica, acesso ao crédito subsidiado e colocação de sua produção no mercado a preços justos;
- . estimular a diversificação agrícola de acordo com as potencialidades regionais;
- . desenvolver e estimular a forma associativa de produção e comercialização, principalmente entre os pequenos produtores, de forma a resguardar seus interesses, possibilitando-lhes uma maior participação na renda agrícola;
- . fomentar o uso de tecnologia mais eficiente para a atividade pecuária bovina;
- . fomentar a recuperação de áreas de solo degradado e o uso de práticas agrícolas conservacionistas.

b) *Indústria*

- . estimular a implantação de indústrias manufatureiras, principalmente pequenas e médias empresas, junto aos centros urbanos da Região, de modo a absorver o excedente de mão-de-obra local;
- . incentivar a implantação e expansão de agroindústria, com vista a diversificação agrícola e ao aproveitamento de matérias-primas existentes.

- INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

a) *Saúde e Habitação*

- . promover a expansão racional da rede de assistência médica, sanitária e hospitalar, visando possibilitar o atendimento de saúde à população local dentro da própria Região;

- . incentivar e possibilitar às prefeituras a ampliação e melhoria do sistema de saneamento básico, nas sedes municipais, distritos e vilas;
- . expandir a oferta de residências, tanto na zona rural como urbana, paralelamente à implantação dos programas de desenvolvimento agrícola e industrial.

b) *Educação*

- . otimizar a utilização da rede física escolar, nos vários níveis de ensino, notadamente no nível de 1º Grau, com vista a melhoria da qualidade de ensino, redução dos índices de repetência e evasão escolar;
- . aperfeiçoar as diretrizes curriculares, de forma a que o ensino fique em consonância com a realidade e necessidade regionais.

c) *Comunicação*

- . expandir os serviços de correio, abrangendo as sedes de distritos e vilas;
- . implantar o sistema DDD em todas as sedes municipais e expandir os benefícios da telefonia para as sedes dos distritos e vilas, através da abertura de postos telefônicos.

d) *Rede Viária*

- . implantar e pavimentar a malha viária intermunicipal, viabilizando a Região de Nova Venécia como unidade polarizada;
- . dotar os municípios da Região de uma rede de estradas vicinais que permita o escoamento da produção agropecuária, principalmente de produtos agrícolas perecíveis.

3.2.

O PLANO REGIONAL

O aprofundamento e o desdobramento em *planos regionais* do estudo *Regionalização - uma proposta de organização territorial do Estado do Espírito Santo para fins de programação*¹ confirma ser a Região de Nova Venécia um bolsão de pobreza e de baixa acumulação de capital no contexto estadual.

Deficiências infra-estruturais crônicas, ligadas a condições históricas de colonização e debilidade das estruturas econômicas locais, tornaram a Região de Nova Venécia polarizada por centros extra-regionais, notadamente por Mantena e Nanuque (cidades do vizinho Estado de Minas Gerais), por Colatina (cidade-pólo da Região II), e Vitória (capital do Estado e cidade-pólo da Região I).

A economia regional é essencialmente agrícola e a produção agropecuária é beneficiada, quase totalmente, fora da Região, o que implica em transferência de parte do valor agregado para outras regiões.

A perpetuação dessa estrutura de atividades primárias permite, até mesmo, a transferência de parte do valor bruto da produção, quando os proprietários rurais (particularmente os grandes) residem fora da Região e, conseqüentemente, transferem renda para outras áreas.

¹ESPÍRITO SANTO. Fundação Jones dos Santos Neves. *Regionalização: uma proposta de organização territorial do Estado do Espírito Santo para fins de programação*. Vitória, 1977.

Ainda, as atividades terciárias de comercialização e distribuição de produtos agrícolas, normalmente, situam-se junto aos grandes centros consumidores que, no Espírito Santo, localizam-se próximo ao litoral, constituindo-se em um fator de evasão de renda das regiões interioranas, como a Região de Nova Venécia.

A cidade de Nova Venécia (pretensa pólo regional), apesar de sua privilegiada localização, carece de condições para polarização do seu espaço regional.

A inexistência de um pólo efetivo na Região implica na falta de coesão inter-municipal, o que constitui séria restrição à implantação de planos e/ou programas de desenvolvimento regionais.

Assim, o primeiro objetivo de um plano de desenvolvimento para a Região de Nova Venécia deverá se constituir na consolidação da Região como unidade de polarizada.

O objetivo da consolidação regional deverá ser buscado paralelamente aos objetivos de desenvolvimento econômico e social.

Pode-se, pois, desdobrar esse Plano segundo dois grandes objetivos:

- . consolidação da Região como unidade polarizada;
- . desenvolvimento sócio-econômico regional.

3.2.1. CONSOLIDAÇÃO DA REGIÃO DE NOVA VENÉCIA COMO UNIDADE POLARIZADA

Para que se consiga atender às necessidades elementares da população da Região de Nova Venécia é necessário a melhoria e ampliação de infra-estruturas de serviços urbanos e rurais.

O aprimoramento e expansão da oferta desses serviços (particularmente saúde, educação e comunicações) na Região, reduziria a demanda pelos equipamentos já insuficientes de Vitória, contribuindo para a fixação de população no interior do Estado.

Ainda, é de fundamental importância a melhoria das atividades terciárias a serviço da agricultura (notadamente as que se ligam à comercialização), setor de primordial importância no desenvolvimento econômico da Região de Nova Venécia.

A consolidação desta Região depende ainda e fundamentalmente, de suas vias de comunicação que, na atualidade, são bastante precárias. A interligação entre os diversos centros urbanos regionais é essencial, até mesmo para que os equipamentos que deverão ser distribuídos hierarquicamente possam cumprir suas finalidades.

A própria transformação da cidade de Nova Venécia em pólo regional (centro), está na dependência de investimentos em infra-estrutura viária.

Assim, para que a Região se torne uma unidade polarizada, e a cidade de Nova Venécia se transforme em um pólo regional, será necessário a implementação de dois conjuntos de medidas:

- . implantação de uma rede viária regional;
- . ampliação e melhoria de infra-estruturas de serviços.

3.2.1.1. IMPLANTAÇÃO DA REDE VIÁRIA REGIONAL

Uma rede viária regional, interligando as sedes dos municípios que compõem a Região de Nova Venécia, permitirá o estabelecimento de um fluxo de cargas e passageiros de acordo com os graus de polarização desses centros regionais.

A prioridade para os investimentos em infra-estrutura viária, estabelecida de acordo com as necessidades regionais, é a seguinte:

- a) pavimentação da rodovia que interliga as cidades de Mucurici, Montanha, Pinheiro, Boa Esperança e Nova Venécia;
- b) abertura e pavimentação da rodovia já planejada, interligando Barra de São Francisco à Nova Venécia (BR 381);
- c) pavimentação da rodovia Ecoporanga à Barra de São Francisco;
- d) abertura e pavimentação da rodovia já planejada, interligando Ecoporanga à Nova Venécia (BR 342).

A realização dessas obras possibilitaria a efetivação de Nova Venécia como *ponto nodal*, conceito que define características de um centro urbano para o qual convergem e em função do qual se mantém coesa e unida a região imediatamente periférica.

3.2.1.2. AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE SERVIÇOS

Concomitantemente à implantação dos investimentos viários, deverão ser fortalecidas as atividades da cidade de Nova Venécia e de outros centros urbanos, que deverão se constituir em pólos secundários da Região.

- SETOR DE SAÚDE

Deverão ser adotados esquemas de hierarquização dos serviços a serem prestados à população, com as seguintes características:

- . serviços de saúde pública, higiene e profilaxia, que deverão ser desenvolvidos por uma rede de assistência, constituída por Centros de Saúde e Unidades Sanitárias;
- . serviços médicos e hospitalares que deverão ser desenvolvidos por uma rede hospitalar constituída por um Hospital Regional e Hospitais Municipais.

Salienta-se, como medida prioritária, antes de mais nada, que seja colocado em efetivo funcionamento a rede atualmente existente, constituída por vários hospitais municipais, Centros de Saúde e Unidades Sanitárias que em sua maioria, estão funcionando precariamente por falta de recursos humanos e materiais.

As ampliações previstas para reforçar a oferta de serviços hospitalares, objetivando não só a consolidação da Região de Nova Venécia, como também a diminuição da procura desses serviços fora da Região, podem ser listadas conforme se segue:

- a) construção de um Hospital Regional na sede do Município de Nova Venécia;
- b) conclusão das obras do hospital de Mucurici;
- c) reabertura do hospital de Pinheiro (atualmente com as atividades paralizadas);
- d) ampliação e/ou construção de um hospital em São Gabriel da Palha;
- e) ampliação do hospital de Ecoporanga.

Propõem-se para as atividades de saúde pública e medicina preventiva as seguintes medidas:

- a) transformação das Unidades Sanitárias de Barra de São Francisco e São Gabriel da Palha em Centros de Saúde;
- b) transformação da Unidade Sanitária de segunda classe de Montanha em Unidade de primeira classe;
- c) criação e/ou manutenção das Unidades Sanitárias de segunda classe em Ecoporanga, Boa Esperança, Pinheiro, Mucurici e Vila Valério em São Gabriel da Palha;
- d) criação e/ou manutenção das Unidades Sanitárias de terceira classe em Paulista (Barra de São Francisco), Ponto Belo e Itabaiana (Mucurici), São João do Sobrado (Pinheiro) e Vila Pavão (Nova Venécia);

e) criação e/ou manutenção das Unidades Sanitárias Rurais nas seguintes localidades:

- *Barra de São Francisco*
 - . Santo Agostinho
 - . Água Doce
 - . Monte Sinai
 - . Cachoeirinha de Itaúnas
- *São Gabriel da Palha*
 - . Águia Branca
 - . Vila Fatura
- *Mucuriçi*
 - . Itamira
 - . Água Boa
- *Boa Esperança*
 - . Bela Vista
 - . Km 20
 - . Sobradinho
 - . Santo Antônio
- *Ecoporanga*
 - . Cotaxê
 - . Joaçuba
- *Nova Venécia*
 - . Guararema
 - . Santo Antônio do 15

- SETOR DE EDUCAÇÃO

Neste setor, recomenda-se como medida de emergência para a Região de Nova Venécia (possivelmente válida para todo o Estado), a solução do problema da baixa remuneração dos professores da zona rural, um dos principais entraves para o funcionamento das escolas do interior.

A solução deverá ser encontrada a partir de um estudo do problema, considerando-se os aspectos de localização, facilidade de acesso e condições de habitação no local da escola. Esse estudo deverá estabelecer um diferencial da remuneração ou criar uma remuneração adicional que possibilite e incentive o professor a se deslocar para lecionar nas escolas do interior, que, na atualidade, ou funcionam precariamente, ou estão fechadas.

Essa medida preconizada, por si só, não corrige as distorções do setor educacional, que, são várias e de natureza diversa, porém sanaria de imediato um problema que se constitui numa das principais causas do êxodo rural: falta de oportunidade educacional para as crianças do interior.

A reestruturação do setor educacional da Região é preconizada em programa específico neste trabalho, abarcando os problemas de currículo, corpo docente e bases físicas de ensino.

- SETOR DE COMUNICAÇÕES

A Região de Nova Venécia é extremamente carente de infra-estrutura de comunicações. Somente a sede de Nova Venécia está interligada ao sistema de Discagem Direta à Distância (DDD).

Recomenda-se, como medida também essencial para consolidação da Região, a ampliação do serviço de telefonia e a interligação de todas as sedes municipais do sistema DDD.

A ampliação preconizada deverá ser feita abrindo-se postos telefônicos nas seguintes vilas interioranas:

- *Boa Esperança*
 - . Bela Vista
 - . Km 20

- . Sobradinho
- . Santo Antônio
- *Barra de São Francisco*
 - . Santo Agostinho
 - . Paulista
 - . Água Doce
 - . Governador Lacerda de Aguiar
- *Ecoporanga*
 - . Cotaxé
 - . Joaçuba
- *Mucurici*
 - . Ponto Belo
- *Nova Venécia*
 - . Córrego Grande
 - . Guanarema
 - . Vila Pavão
- *Pinheiro*
 - . São João do Sobrado
- *São Gabriel da Palha*
 - . Vila Valério
 - . Águia Branca
 - . Vila Fatura

Além da ampliação dos serviços de telefonia, recomenda-se, também, a ampliação dos serviços postais. Para isso preconiza-se a abertura de postos de correio nas seguintes vilas:

- *Boa Esperança*
 - . Bela Vista
 - . Km 20
 - . Sobradinho
 - . Santo Antônio

- *Ecoporanga*
 - . Cotaxé
 - . Joaçuba

- SETOR AGRÍCOLA

No que tange ao setor agrícola, duas medidas de impacto merecem destaque:

- a) implementação das linhas troncos de eletrificação rural, já planejadas para a Região, assim como estudo de viabilidade de novas linhas;
- b) inclusão de pequenos vales úmidos da Região no programa PROVALES, da Secretaria de Estado da Agricultura.

3.2.2. PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

A listagem de programas ora apresentados (quadro 6), estão fundamentados nos problemas e potencialidades analisados e nos objetivos estabelecidos. Visam a operacionalização das ações a serem desencadeadas pelo poder público, considerando a realidade política e institucional, facilitando o processo de decisão e negociação.

Constam dos programas, de maneira resumida, sua justificativa, seus objetivos e as entidades que deveriam ser envolvidas para desenvolvimento e execução dos mesmos. Não contém custos ou os recursos financeiros necessários, uma vez que a operacionalização final dos custos e benefícios, das fontes de financiamento e da concretização dos programas até o nível de projeto, deverá realizar-se em colaboração com o sistema operacional, depois de decididas a nível político a prioridade dos programas.

Considerando o fato de que o Estado dispõe de um sistema operacional com diversas instituições dotadas de competência para concretizar e implemen

tar os programas propostos, deixam-se de incluir recomendações relativas a organizações institucionais.

Os programas propostos foram agrupados nos seguintes conjuntos:

- . programas integrados;
- . programas setoriais: agropecuário e industrial;
- . programas infra-estruturais.

Os programas integrados abrangem simultaneamente os setores agropecuário, industrial e de serviços. Já os setoriais referem-se especificamente ao desenvolvimento setorial, como por exemplo, o programa de comercialização de produtos agrícolas. Os programas infra-estruturais estão relacionados aos setores produtivos (por exemplo, programa de capacitação de mão-de-obra) ou à população (programa de habitação popular).

QUADRO 6

LISTAGEM DOS PROGRAMAS PROPOSTOS

SETOR	Nº	TÍTULO
Programas Integra <u>dos</u>	01	Programa de desenvolvimento urbano de Nova Vené <u>cia</u>
	02	Programa de racionalizaçã <u>o</u> do uso dos recursos naturais e de preservaçã <u>o</u> do meio ambiente.
Programas Agrope <u>cuários</u>	03	Programa de comercializaçã <u>o</u> dos produtos agríco <u>las</u>
	04	Programa de tecnificaçã <u>o</u> da pecuária bovina
	05	Programa de diversificaçã <u>o</u> e desenvolvimento agrícola
Programas Indus <u>triais</u>	06	Programa de implantaçã <u>o</u> de agroindústrias de apoio a pequenas indústrias nos centros urbanos regionais
Programas infra- <u>estruturais</u>	07	Programa de assistênc <u>ia</u> médico-hospitalar
	08	Programa de reestruturacã <u>o</u> do ensino público
	09	Programa de capacitaçã <u>o</u> de mão-de-obra rural
	10	Programa habitacional para populaçã <u>o</u> es de baixa renda
	11	Programa de estradas vicinais
	12	Programa de saneamento b <u>ásico</u>

A fim de explicitar os impactos mútuos de cada programa proposto sobre os demais, montou-se um quadro de interdependências (quadro 7). Neste, a avaliação da interdependência sugere indiretamente uma sequência lógica de implementação sem prejuízo das prioridades políticas a serem fixadas.

A dependência pode ser de caráter instrumental, complementar ou de abrangência superior. Desse modo, os programas mais abrangentes, como o de desenvolvimento urbano de Nova Venécia, são menos dependentes dos programas restantes do que, por exemplo, os programas de infra-estrutura, devido ao seu caráter instrumental.

O quadro 7 mostra as dependências dos programas, distinguindo as diretas e as indiretas. As linhas do quadro indicam os impactos do programa sobre os outros e as colunas resumem, para cada programa, os impactos recebidos dos demais. Da confrontação sistemática dos programas propostos, ainda não podem ser inferidas as prioridades definitivas de cada um. Estas prioridades devem ser politicamente formuladas, considerando a interdependência dos programas e a partir da contribuição de cada um à realização dos objetivos gerais do governo e de suas diretrizes espaciais. Devem, ainda, estar em consonância com a disponibilidade de recursos.

QUADRO 7

INTERDEPENDÊNCIA DOS PROGRAMAS PROPOSTOS

PROGRAMAS INTEGRADOS	PROGRAMAS SETORIAIS						PROGRAMAS INFRA-ESTRUTURAIIS					
	01. Programa de Desenvolvimento Urbano de Nova Venécia.	02. Programa de racionalização do uso dos recursos naturais e de preservação do meio ambiente.	03. Programa de comercialização dos produtos agrícolas.	04. Programa de técnica de pecuária bovina.	05. Programa de diversificação e desenvolvimento agrícola.	06. Programa de implantação de agro indústrias e apoio a pequenas indústrias nos centros urbanos regionais.	07. Programa de assistência médica hospitalar.	08. Programa de reestruturação de ensino público.	09. Programa de capacitação de mão de obra rural.	10. Programa habitacional para população de baixa renda.	11. Programa de estradas vicinais.	12. Programa de saneamento básico.
PROGRAMAS INTEGRADOS	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
PROGRAMAS SETORIAIS	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
PROGRAMAS INFRA-ESTRUTURAIIS	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

PROGRAMAS

Observações: ○ Dependência indireta
● Dependência direta

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE NOVA VENÉCIA

- JUSTIFICATIVA

O isolamento relativo da Região de Nova Venécia levou a uma carência de infra-estrutura social e econômica, com efeitos que se manifestam na emigração de população e no esvaziamento contínuo da área. A densidade demográfica de alguns municípios já atingiu índices abaixo de 20 habitantes por km², o que resulta numa perda de poder econômico, com repercussão nas funções-econômicas desse espaço.

A região atualmente não possui um centro urbano (cidade média ou pequena) com funções polarizadoras, reflexo de suas deficiências infra-estruturais.

O desempenho das atividades econômicas existentes na região é pouco satisfatório. As atividades agropecuárias apresentam baixo grau de diversificação, predominando a pecuária de corte.

As atividades industriais se limitam a agroindústrias de pequeno porte (principalmente laticínios e indústrias de farinha de mandioca) que, além de absorver pouca mão-de-obra, operam com capacidade ociosa. A oferta de empregos industriais é bem reduzida.

Por outro lado, esta Região possui algum potencial de desenvolvimento, derivado, principalmente, de seus recursos naturais. As altas taxas de emigração exigem, porém, um aproveitamento rápido dos mesmos, para evitar que a Região se esvazie ainda mais, fato que conduzirá a uma deteriorização de sua infra-estrutura, e que, em caso de um reaproveitamento futuro, exigirá altos investimentos para sua recuperação.

- OBJETIVOS

- . induzir e fortalecer a capacidade de polarização do núcleo urbano de Nova Venécia, ordenando o crescimento do Município-Pólo em seus aspectos físicos, econômicos, sociais, culturais e administrativos;
- . ordenar o uso e ocupação do solo urbano em consonância com a função social de propriedade urbana;
- . traçar diretrizes de desenvolvimento urbano para a cidade, nos próximos anos, tendo em vista, também, a melhoria da rede urbana regional;
- . fortalecer o planejamento urbano municipal.

- ENTIDADES

- . Prefeitura Municipal de Nova Venécia;
- . Secretaria de Estado do Planejamento;
- . Fundação Jones dos Santos Neves;
- . Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio;
- . Secretaria de Estado da Saúde;
- . Secretaria de Estado da Educação;
- . ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A;
- . CESAN;
- . TELEST.

PROGRAMA INTEGRADO DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DOS
RECURSOS NATURAIS E DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

- JUSTIFICATIVA

Nas duas últimas décadas, a cobertura vegetal primitiva da Região de Nova Venécia foi quase totalmente devastada. O desmatamento generalizado e irracional é apenas uma das evidências do desequilíbrio ecológico e da depredação ambiental da Região.

Os processos de erosão, decorrentes da falta de cobertura florestal, principalmente em áreas com declividades acentuadas e nas margens de cursos d'água, vêm ocasionando o progressivo assoreamento das calhas dos córregos e rios e a degradação dos solos da Região.

Em consequência, a produtividade da terra é baixa, as enchentes são eventos constantes e o abastecimento de água às populações e à agricultura torna-se extremamente deficiente.

- OBJETIVOS

- . evitar a continuidade dos processos de degradação do solo e recuperar as áreas de solo degradado, notadamente nas zonas de elevada declividade;
- . proteger os mananciais hídricos;
- . preservar e proteger a flora e fauna regionais;
- . conservar a qualidade produtiva do solo;

- . possibilitar a exploração intensiva e não degradante do solo agrícola;
- . reflorestar áreas de elevada declividade com espécies regionais, formando florestas heterogêneas.

- ENTIDADES

- . Prefeituras municipais;
- . Secretaria de Estado da Agricultura;
- . Secretaria de Estado do Planejamento;
- . Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal;
- . Fundação Jones dos Santos Neves.

PROGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

- JUSTIFICATIVA

Um dos principais entraves ao desenvolvimento da Região é o estrangulamento verificado entre os produtores rurais e os processos de comercialização agrícola vigentes. A oligopsonização nos canais de intermediação é um processo que pode ser generalizado para toda a agricultura, mas, seus impactos sobre o espaço sócio-geo-econômico das diferentes regiões são característicos e demandam análises específicas. A partir dessas análises, o Estado poderá intervir de forma planejada, atingindo objetivos pré-estabelecidos e corrigindo as distorções oriundas do processo, evitando a grande dependência dos produtores (principalmente do pequeno) de intermediários que aviltam o preço dos produtos. Essa ação terá, também, efeitos positivos na área produtiva, pois, além de impedir a redução, estimulará novas áreas de plantio, evitando evasão rural e venda de pequenas propriedades.

- OBJETIVOS

- . corrigir os desequilíbrios oriundos da dependência crescente dos produtores rurais ao complexo oligopsonista, aumentando sua participação nas margens de lucro e elevando, conseqüentemente, sua renda, o que possibilitará maiores investimentos na própria atividade, em um processo contínuo;
- . assegurar, notadamente, ao pequeno produtor, a colocação de sua produção no mercado a preços compensadores;

- . aumentar a produção e a produtividade agrícola, principalmente nas pequenas propriedades;
- . gerar trabalho e emprego ao nível de propriedade agrícola;
- . orientar a produção agrícola dos pequenos proprietários de acordo com a demanda de mercado;
- . incentivar o associativismo entre produtores agrícolas.

- ENTIDADES

- . Secretaria de Estado do Planejamento;
- . Secretaria de Estado da Agricultura;
- . Companhia de Fomento Agroindustrial - COFAI;
- . Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo - CASES;
- . Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo - EMATER/ES;
- . Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S/A - CEASA/ES;
- . Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL;
- . Cooperativas.

PROGRAMA DE TECNIFICAÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA

- JUSTIFICATIVA

As condições edafoclimáticas verificadas no Nordeste da Região de Nova Venécia a posicionam como excelente para o desenvolvimento das atividades de pecuária de corte. Contudo, grande parte dessas explorações vem sendo conduzidas de forma rotineira, num sistema extensivo, com baixo nível de tecnificação, o que representa uma sensível perda no potencial de produção regional. Experiências na Região demonstram que a introdução de tecnologias de melhoramento e manejo de pastagens elevam substancialmente a produtividade, em termos de mais peso por unidade de área, com significativos ganhos econômicos para o produtor.

- OBJETIVOS

- . conseguir melhor rendimento por unidade de área e por unidade animal explorados;
- . propiciar melhor aproveitamento do capital investido na atividade;
- . possibilitar a proprietários de áreas relativamente pequenas ganhos expressivos com a atividade de criação e engorda de bovinos.

- ENTIDADES

- . Secretaria de Estado do Planejamento;
- . Secretaria de Estado da Agricultura;

- . Empresa Espírito-santense de Pecuária - EMESPE;
- . Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA;
- . Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/ES;
- . Cooperativas.

PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

- JUSTIFICATIVA

O setor agrícola é particularmente importante para a Região de Nova Venécia, muito embora duas explorações - bovinocultura e cafeeicultura - mereçam destaque neste cenário. Tendo-se em mente a necessidade de absorção da mão-de-obra local, impõem-se o desenvolvimento de pesquisas, visando diversificar a pauta de produtos hoje explorados, oferecendo aos produtores rurais novas opções no campo agrícola. Paralelamente, gerar e difundir tecnologias para essas explorações, buscando melhores índices de produção e produtividade.

Pretende-se que essas medidas contribuam não só para a absorção da mão-de-obra, como também para o aumento da renda gerada e fixação da população na área.

- OBJETIVOS

- . realizar o zoneamento de aptidão agrícola;
- . gerar e difundir tecnologia agrícola adequada e ecologicamente apta às condições existentes na Região;
- . reduzir a dependência regional de monocultura.

- ENTIDADES

- . Secretaria de Estado da Agricultura;
- . Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo - EMATER/ES;
- . Empresa Espírito-santense de Pecuária - EMESPE;
- . Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária.

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS E APOIO A PEQUENAS INDÚSTRIAS NOS CENTROS URBANOS REGIONAIS

- JUSTIFICATIVA

A criação de novos empregos é de fundamental importância, pois contribui para a fixação da população na própria Região. Sendo a atual base industrial regional de pouca expressão, torna-se necessário não só apoiar as pequenas indústrias existentes, como também a implantação de novas, diversificando, inclusive, as atividades industriais existentes.

A diversificação industrial pode ser realizada pela implantação de atividades de pequeno porte nos ramos de produtos alimentícios (doces por exemplo), de extração mineral, de confecções, entre outros.

Este tipo de empreendimento, além de propiciar a integração dos setores primário, secundário e terciário regionais, será de fundamental importância para a geração local de tributos, contribuindo para reduzir a dependência de repasses externos.

- OBJETIVOS

- . estimular o surgimento e fortalecer pequenas empresas locais;
- . implantar agroindústrias para o aproveitamento da matéria-prima local e regional;
- . incrementar a produção agrícola, de acordo com a demanda do mercado consumidor;

- . gerar trabalho e emprego estáveis;
- . interiorizar o crescimento industrial;
- . aumentar a base tributária estadual.

- ENTIDADES

- . Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio;
- . Secretaria de Estado da Agricultura;
- . Secretaria de Estado do Planejamento;
- . Centro de Assistência Gerencial - CEAG/ES;
- . Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo - IDEIES;
- . Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES;
- . Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo - GERES;
- . Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;
- . Banco do Estado do Espírito Santo S/A - BANESTES.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

- JUSTIFICATIVA

Apesar da população da Região de Nova Venécia ter decrescido no período 70/77, o *deficit* quantitativo e qualitativo de atendimento médico-hospitalar projeta-se como um dos maiores problemas da Região. A carência de atendimento para-hospitalar e de assistência sanitária é quase total. Somente na zona rural encontram-se sem atendimento cerca de 100.000 habitantes. Esses problemas se agravam pela dificuldade de se manter um quadro de pessoal médico e para-médico, aos níveis salariais atuais, em regiões de relativa estagnação sócio-econômica e pouca infraestrutura de serviços.

- OBJETIVOS

- . reduzir o elevado *deficit* de leitos hospitalares na Região;
- . evitar o deslocamento de população demandatária de serviços hospitalares para outras regiões;
- . melhorar a qualidade de atendimento de saúde à população;
- . criar serviços de assistência médica volante;
- . reduzir o *deficit* de Unidades Sanitárias Rurais na Região;
- . propiciar melhor atendimento no campo de saúde às populações rurais, notadamente àquelas de baixa renda;
- . dar ênfase aos aspectos preventivos e de profilaxia.

- ENTIDADES

- . Prefeituras municipais;
- . Secretaria de Estado da Saúde;
- . Secretaria de Estado do Planejamento;
- . Fundação Hospitalar do Espírito Santo;
- . Sindicatos;
- . Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL;
- . Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social - INAMPS

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO

- JUSTIFICATIVA

Realizado o diagnóstico educacional da Região, por meio de dados secun
dários, e após confrontação do mesmo com informações obtidas *in loco*,
vários entraves ao bom funcionamento do ensino público foram constata
dos, entraves esses, relacionados diretamente com recursos humanos, cur
rículo e com a rede física.

Com relação a recursos humanos, merecem destaque:

- . ausência de professores titulares nas respectivas cadeiras;
- . existência de grande contingente de professores não habilitados (al
guns sem a 4ª série do 1º Grau) lecionando;
- . baixa remuneração para o profissional do magistério;
- . falta de supervisão, orientação e avaliação do desempenho do docente
(notadamente na zona rural);
- . desentrosamento dos recursos humanos que atuam nas diversas redes de
ensino;
- . desestímulo para o trabalho por parte dos responsáveis pela coordena
ção do ensino nos municípios;
- . dificuldade de acesso às escolas da zona rural.

No tocante ao currículo, observa-se a inadequação do mesmo à realidade
regional e a carência de cursos de formação profissionalizante, dirigido
para o mercado de trabalho rural.

Quanto à rede física é notória:

- . a falta de racionalização de espaços educativos (escolas fechadas);
- . a má localização de unidades escolares;
- . a falta de equipamentos básicos para funcionamento razoável das escolas, tanto da zona urbana, como rural;
- . o completo abandono de escolas no que se refere à conservação (pintura, reparos etc).

- OBJETIVOS

- . Normalizar o fluxo de atendimento à população demandatária de ensino de 1º Grau;
- . corrigir as distorções curriculares existentes, prioritariamente no ensino de 1º Grau;
- . racionalizar a utilização dos recursos humanos e da rede física existentes;
- . reduzir o índice de defasagem com conseqüente elevação da oferta de vagas;
- . promover maior integração do ensino regular com o ensino supletivo;
- . adequar o ensino público de 1º Grau à realidade e necessidade rural da Região;
- . reduzir os índices de repetência e evasão na zona rural;
- . criar cursos de profissionalização em atividades agrícolas para jovens do meio rural;
- . redimensionar as necessidades da rede física;
- . redistribuir e/ou remanejar racionalmente os recursos existentes (físico, humanos, materiais e outros):

- ENTIDADES

- . Prefeituras municipais;
- . Secretaria de Estado da Educação;
- . Secretaria de Estado do Planejamento;
- . Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL.

PROGRAMA HABITACIONAL PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

- JUSTIFICATIVA

A Região de Nova Venécia apresenta uma alta concentração da população economicamente ativa na faixa de até dois salários mínimos regionais (cerca de 66,1% da PEA da Região) que, pela falta de oportunidade e recursos para compra de casa própria ou lotes urbanizados, formam as sentamentos subnormais. Essa situação é potencializada pelo processo migratório em direção aos núcleos urbanos, decorrentes do enfraqueci mento das atividades agrícolas demandatárias de maior utilização de mão-de-obra e conseqüente esvaziamento da zona rural.

Abstraindo-se o aspecto qualitativo, deve-se ressaltar ainda que a Re gião de Nova Venécia foi a única que apresentou no período 1970/77 re dução no número absoluto de domicílios.

- OBJETIVOS

- . reduzir o índice de favelização nas cidades;
- . melhorar o padrão de construção dos domicílios rurais;
- . diminuir a incidência de doenças.

- ENTIDADES

- . Prefeituras Municipais;
- . Secretaria de Estado do Planejamento

- . Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes;
- . Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social;
- . Companhia Habitacional do Espírito Santo - COHAB;
- . Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Espírito Santo - INOCOOP-ES;
- . Banco Nacional da Habitação - BNH;
- . Fundação Jones dos Santos Neves - FJSN;
- . Espírito Santo Centrais Elétricas - ESCELSA;
- . Companhia Espírito-santense de Saneamento S/A - CESAN.

PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO

- JUSTIFICATIVA

A existência na Região de Nova Venécia de maior concentração de domicílios insalubres, com paredes de taipa, piso de terra batida, sem abastecimento de água e sem esgoto ou fossa, condicionam os baixos índices de saúde da Região e justificam a necessidade de um programa de saneamento básico para o atendimento da população.

Segundo o Censo Escolar de 1977, somente 21,9% dos domicílios particulares eram servidos por rede de abastecimento d'água e, no que diz respeito aos despejos sanitários, 12,4% eram servidos por rede de esgoto e 18,9% tinham fossa séptica como principal instalação sanitária.

- OBJETIVOS

- . dotar os centros urbanos regionais de serviços de saneamento básico (água potável e esgotos);
- . melhorar as condições de habitabilidade da região;
- . reduzir a incidência das doenças infecto-contagiosas e parasitárias;

- ENTIDADES

- . Prefeituras Municipais;
- . Secretaria de Estado da Saúde;
- . Secretaria de Estado do Planejamento;

- . Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes;
- . Companhia Espírito-santense de Saneamento S/A - CESAN.

PROGRAMA DE ESTRADAS VICINAIS

- JUSTIFICATIVA

A Região de Nova Venécia apresenta uma rede de estradas vicinais deficiente, necessitando de um adensamento das mesmas, o que não só implicaria na implantação de novos trechos em áreas mais isoladas, como também no melhoramento da rede atual. A malha existente encontra-se em estado precário de conservação e o tráfego pelas mesmas é realizado com dificuldade e interrompido no período das chuvas.

A implantação de um programa dessa natureza influiria positivamente na redução de custos e tarifas de transporte; induziria a um aumento da produção agropecuária regional, que, por sua vez, teria efeitos sobre o mercado de trabalho, contribuindo para reduzir o êxodo rural.

- OBJETIVOS

- . reduzir perdas de produtos agrícolas;
- . estimular a produção agropecuária;
- . melhorar o escoamento da produção para armazéns, cooperativas, agroindústrias e centros de consumo final.

- ENTIDADES

- . Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes;

- . Secretaria de Estado da Agricultura;
- . Secretaria de Estado do Planejamento;
- . Companhia de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola - CERMAG;
- . Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES;

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA RURAL

- JUSTIFICATIVA

O grande fluxo migratório que se processou na Região de Nova Venécia nas últimas duas décadas exportou em seu bojo um bom número de profissionais capacitados para o trabalho rural. Atualmente, com o recrudescimento da economia agrícola, começa-se a detectar uma relativa escassez de profissionais de gerência rural, inseminadores, vaqueiros, tratoristas, campeiro e outros, cujos salários já alcançam níveis compensadores.

- OBJETIVOS

- . aprimorar a capacidade e melhorar a produtividade de mão-de-obra rural;
- . valorizar os recursos humanos existentes na zona rural;
- . promover a adequação do treinamento de mão-de-obra rural às necessidades do mercado de trabalho;
- . melhorar a renda dos trabalhadores, desestimulando, dessa forma, o êxodo rural.

- ENTIDADES

- . Secretaria de Estado da Educação;
- . Secretaria de Estado da Agricultura;

- . Secretaria de Estado do Planejamento;
- . Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR;
- . Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo -
- EMATER/ES;
- . Sindicatos.

4. RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REGIONAL

O plano da Região de Nova Venécia deve ser compreendido como uma proposta global de intervenção regional, objetivando corrigir as distorções e solucionar os principais problemas responsáveis pelo atraso relativo desta Região.

Entende-se, assim, que este plano representa mais uma etapa alcançada, inserida em um dinâmico processo de planejamento que se pretende implantar no Estado, deflagrado a partir do posicionamento governamental explicitado no documento *Diretrizes para a Ação Integrada*.

O desdobramento lógico e imediato do *plano* seria o detalhamento dos programas recomendados, a elaboração dos estudos de viabilidade e a preparação de projetos executivos específicos.

Esse aprofundamento só será possível ocorrendo o envolvimento de todas as entidades responsáveis pela execução das políticas de desenvolvimento do Governo Estadual, pois, quase todas as propostas contidas no plano, requerem integração institucional. É de se salientar que essa integração ocorreu na fase de elaboração do plano, quando técnicos de diversas instituições participaram da formulação das propostas. Ainda, foram compulsados as aspirações das lideranças dos municípios envolvidos, buscando-se uma maior integração e evitando-se um plano exclusivamente tecnocrático.

O plano propõe algumas medidas que objetivam a consolidação da Região de Nova Venécia como região polarizada. Essas medidas poderiam ser colocadas em prática, paralelamente ao desencadeamento do processo de desdobramento e detalhamento do Plano Regional, que seria iniciado após a definição das prioridades de ordem política e institucional.

A implementação deste plano deverá se constituir em uma ação coordenada, desde as fases de definição de prioridades até a de execução, propriamente dita, de projetos e/ou a operacionalização de esquemas de prestação

de serviços. Essa ação coordenada será conseguida com a perfeita integração de todos os organismos governamentais no sistema de planejamento, na sua estratégia e objetivos.

Assim, o prosseguimento definitivo, o estabelecimento de prioridades entre os programas e o prazo para a elaboração e realização dos projetos selecionados, serão determinados pelo processo de definição política da implantação.

